



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFPG
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS - PROFLETRAS
CAMPUS DE CAJAZEIRAS-PB

LUIZ DE SOUSA LIMA JÚNIOR

**A RESSIGNIFICAÇÃO DE PRÁTICAS DE LEITURA NA PERSPECTIVA DA ATIVIDADE
DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA AO COTIDIANO ESCOLAR**

Cajazeiras

2018

LUIZ DE SOUSA LIMA JÚNIOR

**A RESSIGNIFICAÇÃO DE PRÁTICAS DE LEITURA NA PERSPECTIVA DA ATIVIDADE
DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA AO COTIDIANO ESCOLAR**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, do Programa do Mestrado Profissional em Letras - PROFLETRAS da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, desenvolvido pela Universidade Federal de Campina Grande.

Orientador: Prof. Dr. *Onireves* Monteiro de Castro

Cajazeiras 2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

L732r Lima Júnior, Luiz de Sousa.
A resignificação de práticas de leitura na perspectiva da atividade da aprendizagem significativa ao cotidiano escolar / Luiz de Sousa Lima Júnior. - Cajazeiras, 2018.
67f.
Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Onireves Monteiro de Castro.
Dissertação (Mestrado Profissional em Letras-Profletras) UFCG/CFP, 2018.

1. Leitura. 2. Leitura crítica. 3. Formação de leitores. 4. Professores. 5. Formação continuada. I. Castro, Onireves Monteiro de. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 028(043.3)

LUIZ DE SOUSA LIMA JÚNIOR

A RESSIGNIFICAÇÃO DE PRÁTICAS DE LEITURA NA PERSPECTIVA DA
ATIVIDADE DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA AO COTIDIANO
ESCOLAR

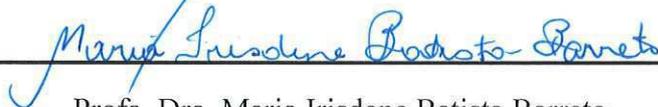
Dissertação apresentada à Coordenação do Mestrado
Profissional em Letras- PROFLETRAS, UFCG/CFP,
como requisito para a obtenção do Grau de Mestre em
Letras.

Orientador: Prof. Dr. Onireves Monteiro de Castro

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Onireves Monteiro de Castro



Profa. Dra. Maria Irsidene Batista Barreto



Cristina Novikoff

Maria Vanice Lacerda de Melo Barbosa

“O correr da vida embrulha tudo.
A vida é assim: esquenta e esfria,
aperta e daí afrouxa,
sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem”

Guimarães Rosa

Aos meus pais, aos meus irmãos, filha-sobrinha, Emily Vitória, aos meus professores, em especial, a minha professora da 4ª série, Lúcia Irineu, e a todos aqueles que contribuíram comigo para esta conquista, dedico, com especial carinho, este trabalho.

AGRADECIMENTOS

“Quer? Então faça acontecer, porque a única coisa que cai do céu é a chuva! você só está lendo esta página porque eu fiz acontecer. E não pense que foi fácil chegar até aqui.

Do processo de seleção, passando pela aprovação até a conclusão do Mestrado, foi um difícil caminho percorrido!

Por isso quero agradecer a todos aqueles que, desde sempre, sempre confiaram em mim.

“E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
das lições diárias de outras tantas pessoas.
É tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente
Onde quer que a gente vá.
É tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho
Por mais que pense estar...”

(Caminhos do coração – Gonzaguinha.)

Aos meus pais, pelos ensinamentos, valores e por me terem ensinado o caminho correto a seguir!

A todos os meus familiares, irmãos, sobrinhos, primos, tios. Enfim, prefiro não citar nomes para não me esquecer de ninguém.

Mas quero aqui destacar pessoas especiais que diretamente me incentivaram. Aqueles modelos aos quais me espelho: À professora Ângela Fachine, por ter acreditado em mim, ainda lá no ensino médio; por ter me encaminhado à universidade; por ter me dado o meu primeiro emprego, e por me mostrar que a educação transforma a vida das pessoas! Portanto, Ângela Fachine é a responsável direta pela minha formação profissional e pessoal. Não tenho palavras para lhe agradecer, só me resta dizer: obrigado!

À Professora Aila Belém, pela paciência que teve comigo no decorrer desta jornada, pelo carinho, pela compreensão de minhas ausências nos momentos difíceis, e, acima de tudo, pela confiança, obrigado.

À Professora doutora Jucy Agostinho de Sá pelas inestimáveis contribuições feitas por ocasião do Exame de Qualificação, aprendi muito, obrigado.

Ao professor Varela que, sempre torceu por mim, e vibrou mais do que eu quando da minha aprovação, obrigado irmão pelo carinho de sempre.

À professora Nice Albuquerque, minha colega de universidade por longos cinco anos, apoiando, incentivando e respeitando os meus dilemas. Obrigado pelo companheirismo, carinho, garra, perseverança e otimismo contagiantes.

A colega Maria Dantas (Didi Belém), minha gratidão pelos conselhos e por sempre acreditar em mim.

À professora Rita Fachine, grato pela torcida e por sempre dizer que eu iria conseguir, obrigado.

Ao Patronato Dona Zefinha Gomes, instituição de ensino a qual muito me orgulho pelos 15 anos que fiz parte do quadro de professores - lugar onde aprendi tudo que sei hoje. Quero aqui agradecer de coração a Irmã Antonieta de Jesus Solon, (Irmã Antonieta) - obrigado pela generosidade que a senhora tem para comigo, serei eternamente grato!

À professora Gilvaneide Sampaio, irmã que Deus colocou em minha vida, exemplo maior de profissionalismo, quando ‘crescer’, eu quero ser igual a você, obrigado pela inestimável ajuda e solidariedade perante minhas muitas dificuldades.

Meus agradecimentos aos amigos-irmãos que Deus colocou em minha vida, Márcio Ayala, Missim Azevedo (ainda que distante) professor Lucas Santos, Bidu, Jailson Fernandes, Jeferson Fernandes, Siel Fernandes, Lah Fernandes, Marcílio, Felipe Jacó, Luan Santos, Wagner Júnior, Denin, Jeferson, Leilael, obrigado pelo estímulo e, principalmente, pela confiança e o carinho de sempre.

Ao Prof. Dr. Onireves Monteiro Castro (UFCG), meu orientador, pela confiança, incentivo, amizade e pelo grande profissional que é; agradeço por tudo.

Obrigado a todos os professores do Programa PROFLETRAS da Universidade Federal de Campina Grande pela dedicação e por partilharem seus conhecimentos comigo.

Esse último parágrafo eu não gostaria de escrevê-lo, sabe...! A expressão in memoriam Talvez seja verdadeira demais para mim. Aceitar as ausências de Jailson Fernandes e Isabel Fachine tem sido certamente o golpe mais duro que a vida me deu. Que falta vocês me fazem...

Então, com vocês, e infelizmente, sem VOCÊS, divido esta experiência.

RESUMO

O desenvolvimento do hábito da leitura é de suma importância na vida do aluno, sendo ela peça fundamental para a construção de seres críticos e atentos ao processo de globalização e mudanças pertinentes na sociedade. A dificuldade de desenvolver uma leitura crítica e coesa interfere no processo de construção de conhecimentos. A presente pesquisa, de cunho bibliográfico, reflete sobre a ressignificação de práticas de leitura na perspectiva da atividade da aprendizagem significativa ao cotidiano escolar, a prática da leitura e a formação de leitores críticos dentro da sociedade, destacando o papel do professor e sua formação continuada, como peça fundamental desse processo. Busca, ainda, através da proposta de intervenção, evidenciar o lugar ocupado pela instituição escolar no incentivo ao desenvolvimento de leitores críticos e enfatizar a relevância de um planejamento que leve em consideração as necessidades do educando a fim de facilitar o processo de formação de leitores. O objetivo é mostrar as dificuldades que os alunos têm em fazer uma leitura e como as instituições escolares deixam a desejar nesse quesito, focando ainda a importância da formação do professor. Como respaldo teórico, este trabalho está baseado nas considerações de Back (1987), Cagliari (1989 e 1994), Freire (1996), Almeida (1997), Soares (1998), Antunes (2003) dentre outros autores que abordam a temática da leitura e da formação de bons leitores capazes de interpretar o mundo e a sociedade em que vivem e dela são sujeitos de transformação. No entanto, procurou-se chamar a atenção dos profissionais da educação, mediadores do saber ler dos alunos, em relação à necessidade de estratégias e recursos adequados para a prática leitora destes, haja vista o desprovimento de criticidade e entendimento, na grande maioria dos leitores, e as várias formas incorretas de se praticá-la.

Palavras-Chaves: Prática de leitura; Professor; Leitores críticos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. LEITURA E LETRAMENTO: PROCESSOS RELACIONAIS COMPLEMENTARES.....	14
1.1 A importância da leitura na escola.....	14
1.2 Letramento: Exigências e práticas Sociais de leitura e de Escrita.....	23
2. PERTINÊNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA E LETRAMENTO DO DOCENTE.....	27
2.1 Formação continuada dos professores do Ensino Fundamental.....	27
2.2 A Formação Docente na Perspectiva do Letramento.....	38
3. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.....	45
3.1 Processo fala/escrita no texto.....	45
3.2 Sugestões para Solução de Alguns Problemas.....	47
<i>3.2.1 Atividades em Serviço.....</i>	<i>49</i>
3.3 Será que o educador é, de fato, produtor de textos?.....	50
<i>3.3.1 Sugestões para solução de alguns problemas.....</i>	<i>52</i>
3.4 O que Podemos Aprender com as Pesquisas sobre Concepção de Leitura Relacionada com o Ensino.....	53
3.5 Atividade de reescrita.....	54
3.6 Repensando o Ensino da Língua Portuguesa.....	55
3.7 A situação atual no Brasil.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	65

INTRODUÇÃO

Apesar de contarmos com transformações ao longo dos séculos, poucas mudanças ocorreram, pois muitos educadores ainda estão adotando uma prática tradicional onde aprender a ler e escrever acaba sendo para a maioria dos alunos um ato mecânico onde os signos linguísticos são decorados, pois não há uma decodificação das palavras, lê-se apenas por ler, sem saber o que está lendo e porque está lendo, não há um ato reflexivo das ideias, um significado para tal, com a escrita não é muito diferente, acontece um ato parecido. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, nº 9.394 de 20/12/96 – LDB, o Ensino Fundamental tem por objetivo a formação básica do cidadão mediante: “O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo” (Art. 32, I). Cabe à escola a maior parcela de responsabilidade de formar cidadãos críticos e capazes de atuar com competência e dignidade na sociedade e, para isso, deverão desenvolver como objeto de ensino, conteúdos que estejam em consonância com as questões sociais. A aprendizagem desses conteúdos é condição essencial para que os alunos possam exercer seus direitos e deveres num mundo dinâmico e globalizado.

A educação, que antes era destinada para a elite, ganha novos paradigmas, ampliando-se cada vez mais, com o intuito de arquitetar para sempre a inteligência humana. A partir daí, o ato de ler adquire novo significado, enraizando definitivamente através de papiros, panfletos, livros, revistas, jornais, dentre outros. O cabedal representativo dos registros impressos parece representar grandes progressos para o homem permitindo-lhe a absorção de novos conhecimentos, tomada de consciência de seus valores, direitos e deveres. A situação atual do cotidiano escolar com relação a produção de textos orais e escritos, e a leitura compreensiva é ao nosso entender, motivo de inúmeras publicações.

É um desafio educar para transformar. Para tanto, é preciso que o professor seja um bom leitor, tenha desenvolvido o gosto pela leitura e praticá-la constantemente de modo que possa promover em sala de aula uma prática de leitura que leve seus alunos a gostar de ler e a perceber a importância da leitura para sua formação individual, assim como para a aquisição de novos conhecimentos. Vale lembrar que, o professor deverá desenvolver um trabalho pedagógico bem fundamentado, o que exige tempo, dedicação e compromisso com a profissão.

Nas palavras de Foucambert (1994, p. 43), "ler significa ser questionado pelo mundo e por si mesmo. Significa que certas respostas podem ser encontradas na escrita". O aluno deve ter acesso à escrita para construir uma resposta íntegra que parte de novas informações do que

já sabia.

Tomados pelos modismos pedagógicos, muitos professores tendem a centrar a sua atenção nas atividades em si, aceitando-as ou rejeitando-as em bloco, sem perceber os princípios que as subsidiam e as possibilidades de uso que condicionam a legitimidade e a coerência da prática de leitura em sala de aula.

Portanto, o professor precisa sair desse tipo de leitura escolarizada, mecanizada, muito utilizada em sala de aula, e levar os alunos a uma compreensão sobre o significado de ler e, por conseguinte, à mudança de atitudes, revelando possibilidades e alternativas que implicam na convivência com a leitura. Segundo Silva :

A leitura ocupa, sem dúvida um espaço privilegiado não só no ensino da língua portuguesa, mas também no de todas as disciplinas acadêmicas que objetivam a transmissão de cultura e de valores para as novas gerações. Isso porque a escola é, hoje e desde há muito tempo, a principal instituição responsável pela preparação de pessoas para o adentramento e a participação no mundo da escrita utilizando-se primordialmente de registros verbais escritos (textos) em suas práticas de criação e recriação de conhecimento. (SILVA, 2002, p. 16).

O que acontece na escola é que esse tipo de leitura mecanizada que não insere o aluno no contexto, que não o leva à descoberta do mundo e suas implicações, leva-o a pensar como se não existisse nada fora dos muros dela. Ou seja, uma prática cotidiana que dificilmente vai mobilizar o aluno a interessar-se em ler, uma vez que quase sempre os textos são descontextualizados com a sua realidade.

Sabe-se que o sentido de leitura não é único e nem definitivo, pois modifica-se através dos tempos, acompanhando as alterações do mundo, dependendo de como cada autor se apóia em determinada área do saber e do interesse de cada leitor.

O trabalho a seguir é decorrente da investigação sobre o tema: A Ressignificação de Práticas de Leitura na Perspectiva da Atividade da Aprendizagem Significativa ao Cotidiano Escolar, pois a leitura é uma fonte de conhecimentos que serve de grande estímulo e motivação para que o aluno goste da escola e de estudar. Além da satisfação pessoal, ela contribui para a construção de modelos relacionados às formas de escrita, e tem como finalidade a formação de leitores competentes.

Sabe-se que, a leitura na escola tem sido fundamentalmente, um objeto de ensino. Para que possa construir também objeto de aprendizagem, é necessário que faça sentido para o aluno, isto é, a atividade de leitura deve responder do seu ponto de vista, aos objetivos de realizações imediatas.

Justifica-se o interesse nesta pesquisa pelo atual cenário brasileiro, sobre o fracasso

escolar, principalmente na rede pública de ensino, sendo a leitura o foco principal, como instrumento ativo de uma aprendizagem melhor. Consideramos justificável propor aqui, um trabalho de formação para o professor por entendermos ser ele(a) o instrumental humano de operação transformadora na escola.

Entendemos, assim, que o professor enquanto um leitor proficiente formará também leitores proficientes que conseguem ler, decifrar os códigos e interpretar o texto em toda sua complexidade, suas informações implícitas, pressupostos e subentendidos, mas um profissional que trabalha em mais de uma escola e sem formação continuada, não tem o propósito definido na prática da leitura: quem lê sabe o quê e para que está lendo. Assim, deveria ocorrer na escola, onde lamentavelmente os alunos costumam ler para cumprir tarefas, sem entendimento do que estariam aprendendo, que tipo de estratégia e habilidade de leitura estariam desenvolvendo. Obviamente, não compreenderiam também as avaliações a que são submetidos sobre desempenho em leitura. Vale ressaltar, que a proposta aqui indiretamente formulada referenda parte do nosso trabalho como professor formador em atividades de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental. Uma proposta de intervenção será apresentada nesta pesquisa com relação a formação continuada do professor e sugestões de estratégias de sala de aula.

Diante da problemática em questão, este trabalho tem por objetivo refletir sobre a importância de leitores críticos na atual sociedade, destacando o profissional da educação, como fomentador deste aprimoramento e qualidade dos alunos. Pretende-se ainda mostrar as dificuldades que os alunos têm em fazer uma leitura e como as instituições escolares são falhas e deixam a desejar nesse quesito, focando ainda a importância da formação continuada do professor e a perspectiva pedagógica destes para atividades como leitura. Delimitamos como objetivos específicos: verificar o desempenho dos alunos do Ensino Fundamental no ato da leitura, analisar as principais dificuldades do ensino aprendizagem da leitura; elaborar propostas para a formação continuada de professores de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental.

Como marco teórico inspirou-se nos estudos de Back (1987), Cagliari (1989 e 1994), Freire (1996), Almeida (1997), Soares (1998), Antunes (2003) entre outros pesquisadores da área. Para Cagliari (1994, p. 25), "o objetivo fundamental da escola é desenvolver a leitura para que o aluno se saia bem em todas as disciplinas, pois se ele for um bom leitor, a escola cumpriu em grande parte a sua tarefa". O autor, nesse sentido, define que a leitura deve ser a extensão da escola na vida das pessoas para que elas sejam capazes de entender a sociedade onde estão inseridas transformando-a num mundo melhor. Todas as pesquisas desenvolvidas

ao longo dos últimos tempos sobre como tornar os alunos leitores competentes têm sido uma única luta em afirmar que o ato de ler está relacionado à capacidade humana de compreender e interpretar o mundo.

Ensinar a aprender a ler e escrever é uma tarefa complexa, mas essencial e gratificante se considerarmos o envolvimento de professores e alunos para que ocorra a aquisição da aprendizagem da leitura. Muitos professores tomados pelos modismos pedagógicos, centram a sua atenção nas atividades em si, aceitando-as ou rejeitando-as, sem perceber os princípios que as subsidiam e as possibilidades de uso que condicionam a legitimidade e a coerência da prática de leitura em sala de aula.

Quanto ao suporte metodológico, utilizou-se a pesquisa de cunho bibliográfico fazendo a interpretação dos pensamentos dos autores na busca de significação do conteúdo teórico exposto. Diante dos pensamentos dos autores abordados um problema constante e bastante pertinente no processo de ensino e aprendizagem é a dificuldade que os alunos têm de ler e compreender a pluralidade de sentidos presentes no texto e desenvolver um trabalho ativo de compreensão e interpretação.

As instituições de ensino precisam criar metas e objetivos para diminuir a dificuldade que os educandos têm de ler e compreender criticamente os contextos e situações do que é lido. Nesse momento, é de suma importância que as instituições escolares e o educador, peças fundamentais para transformação, assumam a responsabilidade e o compromisso de se organizar em torno de um projeto pedagógico educativo comprometido e eficiente, de maneira que seja desenvolvido um trabalho voltado para a formação de alunos que sejam capazes de exercer sua cidadania, compreendendo criticamente as realidades sociais e interagindo nas diversas situações comunicativas, deixando de ser um sujeito passivo, que só reage frente às pressões do meio, e tornando-se um sujeito que realiza uma atividade organizadora na sua interação com o mundo. A respeito dessa responsabilidade do professor, Libâneo afirma que:

Está embutida aí a ajuda do professor para o desenvolvimento das competências do pensar, em função do que coloca problemas, pergunta, dialoga, ouve os alunos, ensina-os a argumentar, abre espaço para expressarem seus pensamentos, sentimentos, desejos, de modo que tragam para a aula sua realidade vivida (...)
(LIBÂNEO, 2010, p. 31)

Diante disso, a presente pesquisa verifica e faz reflexão com relação a formação de leitores críticos dentro da sociedade, destacando o papel do professor como peça fundamental desse processo. Este trabalho busca, ainda, evidenciar o lugar ocupado pela instituição escolar no incentivo ao desenvolvimento de leitores críticos e enfatizar a relevância de um

planejamento que leve em consideração as necessidades do educando a fim de facilitar o processo de formação de leitores.

Este trabalho está estruturado em três capítulos : no primeiro capítulo apresenta-se uma visão geral sobre a importância da leitura na escola, o letramento, a realidade das escolas no que tange às práticas de leitura e escrita; o segundo capítulo trata da pertinência da formação continuada e letramento do docente, em destaque os professores do Ensino fundamental como agente de transformação da sociedade e, no terceiro capítulo, apresenta-se uma proposta de intervenção sobre o papel do educador com sugestões de atividades em serviço, a situação atual com relação a leitura e, por fim, destaca-se a importância de um planejamento flexível e voltado para a realidade do aluno.

Entende-se que a escola é o lugar privilegiado para as transformações sociais e políticas exigidas pela modernidade. Partindo dessa compreensão, o nosso intento maior com a presente proposta é modificar o foco direto do trabalho com a leitura, exclusivamente centrada no aluno, tendo agora como referência o professor.

1. LEITURA E LETRAMENTO: PROCESSOS RELACIONAIS COMPLEMENTARES

No século XXI, o processo ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa não mais se resume ao domínio da leitura. Surge então o letramento, para tratar dos processos da compreensão leitora. Nesse capítulo, trataremos dos elementos conceituais que definem leitura e letramento.

1.1 A importância da leitura na escola

É primordial estarmos inseridos em uma sociedade que nos permita ter acesso a uma escola, que nos ofereça condições básicas para o aprimoramento dos nossos conhecimentos, que nos ensine a trabalhar no dia a dia com a diversidade de textos aos quais estamos sujeitos, oferecidos pela mídia. A relação que se faz universalmente entre alfabetização e escolarização, ou melhor, entre o acesso ao mundo da leitura e da escrita e a escola merece ser analisada de forma crítica, tanto em suas implicações práticas quanto teóricas.

É importante lembrar que a escola trabalha com essa diversidade de textos, buscando atender a demanda social de cada momento. Para isso, a educação precisa criar condições para que o aluno, através do exercício da reflexão e do uso eficaz da linguagem, produza textos críticos. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, cabe à escola viabilizar o acesso do educando ao universo dos textos de modo sistemático para que ele crie conceitos e tenha plena participação numa sociedade letrada.

É como declara Ferreiro (1986), nas primeiras tentativas que as crianças fazem para escrever, diz ela, são desclassificadas. Por isso, faz-se necessário uma reflexão sobre o ensino da língua materna para entender a questão do fracasso escolar, quando esse ensino também é fracassado. É necessário que os indivíduos estejam imersos em um ambiente de letramento a fim de que possam entrar no mundo letrado, para que a leitura se transforme em necessidade e forma de lazer para eles. O professor não deve determinar o que ler, mas oportunizar ao aluno contato com diversos materiais de leitura. Para entendimento de um texto o aluno deve utilizar diversas dinâmicas de leituras durante a sua trajetória escolar, com intuito de perceber a objetividade de um contexto instituída pelo autor em um texto.

O educando deve ter liberdade nas principais condições para a produção e promoção da leitura na escola, no sentido de buscar transformação na hora da leitura, vivenciando a experiência da criação do texto, para em seguida argumentar e criar o seu próprio texto.

São muitas as atividades propostas por manuais escolares: palavras cruzadas, identificação com personagem, dramatização, mas são periféricas ao ato da leitura, contrárias ao contato solitário e profundo que o texto literário requer respeitando-se o nível de aprendizagem de cada aluno.

Portanto, quanto maior a diversidade e possibilidades, maiores serão as condições de desenvolver a habilidade do pensamento, pois a leitura na escola deve oferecer oportunidade de diferentes pontos de vista. Porém, outros propósitos devem orientar a leitura no contexto escolar: parar de ler para memorizar normas gramaticais ou conteúdos cristalizados ou superficializantes e, a passos largos começar a ler para enxergar melhor o mundo. (SILVA, 2002, p. 13).

A oferta de uma educação de qualidade que possibilita aos que tiveram acesso ao processo educativo possam também construir uma aprendizagem significativa, passa pela capacidade de transformar os estudantes em leitores, que conseguem ler, interpretar e fazer uso da leitura para aprimorar, não só os conteúdos escolares, como também a conquista de uma melhoria de vida, tornando-se parte na sociedade e agindo de forma crítico-reflexiva.

Esse processo contribui para a construção da autonomia, não só como estudante, mas também como um ser social que utiliza os conhecimentos adquiridos para promoção de uma melhoria de vida, tanto individual como coletiva. Porém essa não é uma questão simples, pois, segundo Solé (2012), a leitura constitui um processo de interação entre o leitor e o texto. Para a autora,

Esta afirmação tem várias consequências. Em primeiro lugar, envolve a presença de um leitor ativo que processa e examina o texto. Também implica que sempre deve existir um objetivo para guiar a leitura; em outras palavras, sempre lemos para algo, para alcançar alguma finalidade. O leque de objetivos e finalidades que faz com que o leitor se situe perante um texto é amplo e variado: devanear, preencher um momento de lazer e desfrutar; procurar uma informação concreta; seguir uma pauta ou instruções para realizar uma determinada atividade (cozinhar, conhecer as regras de um jogo); informar-se sobre um determinado fato (ler o jornal, ler um livro de consulta sobre a Revolução Francesa), confirmar ou refutar um conhecimento prévio; aplicar a informação obtida com a leitura de um texto na realização de um trabalho etc. (SOLÉ, 2012, p. 22).

Das competências para se trabalhar com o aluno, podemos destacar a grande importância relacionada ao ato de ler, pois uma das principais deficiências dos estudantes tem conexão direta ao fato de não conseguirem desenvolver uma leitura de qualidade, que oportunize ampliar sua visão, tomando consciência da necessidade de agir transformando a si mesmo e ao mundo.

Uma pessoa só se torna um verdadeiro leitor quando tem algum interesse ou

motivação para a leitura. Nesse sentido os educadores precisam motivar os alunos para que despertem o gosto pela leitura, estabelecendo seus objetivos. Se alguma atividade não tem sentido para nós, não fazemos questão de realizá-la. Este fato também pode ser observado no ato de ler, que nem sempre é uma tarefa fácil de realizar. A leitura pode ser vista como uma simples diversão, como uma necessidade de aprendizagem, como um aprofundamento dos conhecimentos, dentre outras. Precisamos considerar os conhecimentos inerentes a cada educando, a capacidade que cada um tem de ler o mundo, como também seus conhecimentos prévios, para somar com a aprendizagem transmitida na sala de aula. Desta forma, Solé afirma:

Assumir o controle da própria leitura, regulá-la, implica ter um objetivo, para ela, assim como poder gerar hipóteses sobre o conteúdo que se lê. Mediante previsões, aventuramos o que pode suceder no texto; graças a sua verificação, através dos diversos indicadores existentes no texto, podemos construir uma interpretação, o compreendemos. Em outros termos, quando levantamos hipóteses e vamos lendo, vamos compreendendo e, se não compreendemos, nos damos conta e podemos empreender as ações necessárias para resolver a situação. Por isso a leitura pode ser considerada um processo constante de elaboração e verificação de previsões que levam a construção de uma interpretação. (SOLÉ, 2012, p. 27).

O gosto pela leitura deve ser construído logo que o aluno chegue à escola, pois a criança já compreende o mundo a sua volta e precisa não só desenvolver as habilidades cognitivas referentes à fase escolar, mas também conceber a leitura como uma atividade prazerosa, que permite desenvolver a imaginação, tão presente nesta etapa da sua vida. Aliando conhecimento e prazer, certamente os resultados serão mais satisfatórios, pois, quando executamos alguma tarefa não só por obrigação, e ainda por gostar do que estamos fazendo, tendemos a dar o melhor de nós mesmos e, conseqüentemente, conseguiremos bons resultados.

Neste sentido, os professores do Ensino Fundamental devem ter consciência de que sua ação enquanto educadores é de fundamental importância para desenvolver nos estudantes, não só o processo de decodificar códigos, muitas vezes de forma equivocada, o conceito de leitura à decodificação da escrita.

De acordo com Freire (1989), a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele. A leitura é associada à forma de ver o mundo. É possível dizer que a leitura é um meio de conhecer.

Segundo Kleiman (2008), a leitura precisa permitir que o leitor apreenda o sentido do texto, não podendo transformar-se em mera decifração de signos linguísticos, sem a compreensão semântica dos mesmos.

Precisamos também estimular a vontade de aprender a ler, compreender e interpretar, para que não se queimem etapas e não haja prejuízos na construção da aprendizagem em estudos subsequentes, pois o desenvolvimento da leitura é determinante para o processo ensino-aprendizagem de todas as disciplinas, uma vez que quando o aluno não consegue ler e compreender o que leu, terá dificuldade de entendimento em qualquer conteúdo, em todas as disciplinas. Segundo Solé:

Na época que aprendem a ler ou escrever, as crianças costumam mostrar-se competentes no uso comunicativo da linguagem, competência que as leva inclusive a utilizar estruturas linguísticas realmente muito complexas. Esta habilidade é fundamental para a aprendizagem da leitura e da escrita. Pois bem, quando se trata de aprender o código, a criança não precisa apenas usar bem a linguagem. Também necessita poder manipulá-lo e refletir sobre ele -que é o que lhe permite pensar em uma palavra, em um som, isolá-los e diferenciá-los, além de muitas outras coisas. A criança tem que ter desenvolvido uma certa consciência metalinguística para compreender os segredos do código. (SOLÉ, 2012, p. 52).

Para que um indivíduo seja considerado um leitor, é necessário que compreenda o que lê, pois a compreensão é pré-requisito necessário para a atividade da leitura, através da qual consegue ser transformado e transformar o mundo, não se restringindo a decodificação de sinais e signos.

Souza (1997) afirma que leitura é, basicamente, o ato de perceber e atribuir significados através de uma conjunção de fatores pessoais com o momento e o lugar, com as circunstâncias. Ler é interpretar uma percepção sob as influências de um determinado contexto. Esse processo leva o indivíduo a uma compreensão particular da realidade.

Assim, criar o hábito de leitura, mostrando a importância da compreensão de letras, sílabas, palavras, frases, até chegar ao texto, estimulando a visão da leitura como uma atividade fascinante, deve ser introduzida no primeiro contato que a criança tem com a escola, ou seja, nos primeiros anos da iniciação escolar. Sabemos que esta não é uma tarefa fácil, pois estamos trabalhando com seres humanos e precisamos respeitar as peculiaridades e o ritmo de aprendizagem de cada um. De acordo com Jolibert quando afirma:

A vida cooperativa na sala de aula, e da escola, a prioridade conferida à prática da elaboração e condução de projetos explicitamente definidos juntos permitem, de uma maneira exemplar, que a criança viva seus processos autônomos de aprendizado e se insira num grupo e num meio considerados como estrutura que estimula, que exige, que valoriza, que provoca contradições e conflitos e que cria responsabilidades. (JOLIBERT, 1994, p. 20).

A escola precisa ser um espaço no qual a criança confia, tem segurança e vontade de

permanecer. Todos os aspectos são importantes, desde a infra estrutura do prédio, até a atuação dos educadores. Não podemos educar pela força, mas pela conquista. Se a prática pedagógica é voltada para o tradicional, através da qual, professores mandam e alunos obedecem, não se propõe atividades inovadoras e não se vê o aluno como um ser autônomo, protagonista do seu conhecimento. Torna-se assim, difícil a conquista e, conseqüentemente, o gosto por permanecer na escola. Essa é uma das provas do abandono escolar ou da reprovação, ficando o aluno à margem do conhecimento. Há, ainda, os que, mesmo permanecendo, não conseguem construir uma aprendizagem significativa e seguem, anos a fio, fingindo que aprendem e não levam sua vida escolar a sério, já que não veem sentido nem perspectivas de melhoria. Segundo Oliveira e Queiroz:

[...] entendemos que o ensino de leitura deve ir além do ato monótono que é aplicado em muitas escolas, de forma mecânica e muitas vezes descontextualizado, mas um processo que deve contribuir para a formação de pessoas críticas e conscientes, capazes de interpretar a realidade, bem como participar ativamente da sociedade. (OLIVEIRA e QUEIROZ, 2009, P. 2).

O professor tem uma grande responsabilidade e deve se colocar sempre na condição de aprendiz para aprimorar a sua prática. Caso sua formação tenha sido tradicional, é necessário que sua formação seja continuada, para que a monotonia e o desinteresse não predominem em suas aulas, pois, se isso acontecer, será bem difícil atingir os objetivos propostos no Plano de Ensino. Mesmo os que se formaram mais recentemente, precisam estar sempre abertos para o novo, aplicando, não só as práticas aprendidas na sua formação acadêmica, como também participando de capacitações em exercício, pois os desafios estão presentes no cotidiano da escola, fazendo-se necessário uma ação coletiva urgente para mudar os dados negativos que persistem no sistema educacional.

Todos os alunos precisam ter igualdade de oportunidades para estudar e aprender, ou seja, é necessária a permanência na escola com êxito. Para tanto, o hábito de leitura precisa está presente na rotina dos educadores, para que possam incentivar os estudantes, pois ninguém pode dar aquilo que não possui, ou seja, para motivar é preciso estar motivado. Boa parte dos estudantes se espelha em seus professores, logo se faz necessária uma referência positiva. Neste sentido, Solé citando Baumann (1990,p. 141)diz que:

Quando há ensino direto, dedica-se tempo suficiente à leitura, os professores aceitam sua responsabilidade no progresso dos alunos e esperam que estes aprendam. Os professores conhecem os objetivos de suas aulas e são capazes de expô-los claramente aos alunos. A atmosfera é séria e organizada, mas ao mesmo tempo cálida, relaxada e solidária. O professor seleciona as atividades e dirige as

aulas; o ensino não é realizado por um livro de atividades, livro de texto ou por outro aluno. Geralmente é realizado em grupos grandes ou pequenos, os alunos obtêm mais êxitos do que fracassos e estão concentrados na tarefa durante a maior parte do tempo. O professor está bem preparado, é capaz de prevenir o mau comportamento, verifica que seus alunos compreendem, corrige adequadamente e torna a repetir as explicações em caso de necessidade. Mas o mais importante é que o professor comanda a situação de aprendizagem mostrando, falando, demonstrando, descrevendo, ensinando o que deve ser aprendido. (SOLÉ, 2012, p. 78).

Quando o professor tem domínio dos conteúdos, planeja suas aulas, tem clareza nos objetivos e gosta da sua profissão, consegue dar uma aula que desperta o gosto e a curiosidade dos alunos. Estes profissionais têm uma grande responsabilidade, inclusive na promoção de estratégias e condições para que o aluno cresça, não só individual, como também coletivamente. Para tanto, é muito importante que se promova atividades diversificadas, como trabalhos em grupos, que permitam a interação, a troca de conhecimentos, e, conseqüentemente, o crescimento de todos.

Quando a escola consegue desenvolver em seus professores a visão de que o ato de ler e escrever se constitui sua principal meta na construção de uma aprendizagem significativa, torna-se mais fácil vencer os desafios, mostrando aos alunos que todos são capazes e que precisam aderir às atividades propostas, vencendo seus medos e participando ativamente de todas as atividades. É necessária que haja a adesão a novas metodologias de aprendizagem da leitura e escrita e o envolvimento de todos no processo educacional, inclusive a proposta pedagógica precisa ter clareza nos seus objetivos, observando que “A leitura e a escrita são muito importantes para que as pessoas exerçam seus direitos, possam trabalhar e participar da sociedade com cidadania, se informar e aprender coisas novas ao longo de toda a vida”. (BRASIL, 2006, p. 05).

Sabemos que no Brasil ainda existem muitas pessoas na condição de analfabetos, ou seja, muitos não tiveram acesso à escola e se encontram à margem do conhecimento, impossibilitados de desenvolver uma cidadania plena. Temos tido avanços quanto ao acesso, porém continuamos perseguindo a tão almejada qualidade. O ensino precisa ser planejado considerando as necessidades de aprendizagem dos estudantes, sejam crianças, adolescentes e jovens, levando-os a construir uma aprendizagem significativa, autônoma. Isso passa por um processo de conscientização sobre a importância do estudo na construção de um futuro melhor. Para isso, deve também envolver as famílias, pois quando estas se tornam parceiras, se envolvem no aprendizado dos seus filhos, temos um suporte muito forte, um grande aliado para atingir os objetivos propostos. Segundo Joliber:

Ao lado de alguns pais informados, disponíveis para as mudanças e de pais que confiam na escola como um meio de possível promoção para seus filhos, a maioria dos pais mostram-se angustiados ante a incerteza das perspectivas de futuro escolar e profissional de seus filhos, embaraçados e perplexos em relação aos “métodos modernos” para os quais não têm mais os critérios de seu próprio passado escolar, preocupados ante o que eles vivenciam amiúde como a tolerância excessiva dessa nova escola na qual “as crianças só fazem o que querem”, onde “só brincam. (JOLIBERT,1994, P. 127).

A escola precisa conquistar a confiança dos pais. É necessário que eles compreendam que as crianças precisam ter autonomia e que em brincadeiras, jogos educativos, aulas de campo, dentre outras, é que a aprendizagem é construída de forma mais eficaz. Não podemos cultivar essa visão da escola tradicional, conteudista, que ainda perdura na mentalidade de muitas pessoas. O professor deve ser aberto ao diálogo, exercer sua autoridade sem autoritarismo e trabalhar com o lúdico, para envolver seus alunos e motivá-los. Precisamos desmitificar a visão daquela escola rígida, na qual, muitas vezes, os estudantes se vêm mais como prisioneiros. A família deve estar presente na escola para compreender sua ação e seus objetivos, passando a confiar na instituição que cuida da educação e formação do seu filho. Jolibert coloca ainda o seguinte:

E não é por acaso que o processo de aprendizado da leitura é um dos pontos de cristalização dessas preocupações: os pais sabem muito bem que o domínio do ler/escrever é um dos fatores determinantes do sucesso e do fracasso escolar. Além disso muitos são os que consideram como sendo ao mesmo tempo sua obrigação e seu “fazer ler” seus filhos, a noite, em casa: se não existe mais nenhum manual de leitura para “revisar os sons” do dia, reler o que foi visto de manhã na aula, o que há de ser feito, então? Se não se ler mais em voz alta, sílaba após sílaba, como fazer? A pior das “soluções” consiste em comprar um manual e mandar as crianças, a noite, em casa, fazerem o contrário do que fazem durante o dia na escola, ou seja, oralizar e silabar. (JOLIBERT,1994, P. 127).

Diante do exposto, percebemos que muitas famílias ainda não estão preparadas para acompanhar as atividades dos seus filhos. Mesmo sabendo que eles têm necessidades básicas na questão da leitura, e que estes são fatores determinantes para que se consiga sucesso na escola e na vida, não sabem como proceder no acompanhamento das tarefas de casa. Temos ainda casos mais extremos daquelas que não desenvolveram ainda este nível de consciência e que não têm condições de ensinar por serem analfabetos. Sobre esta questão Jolibert afirma:

Nem todos os pais participam da mesma maneira na escola e no sucesso escolar de seus filhos; cabe a nós procurar entradas múltiplas que permitam que cada um encontre um lugar onde se sinta a vontade, envolvido, criativo, eficaz: desde o pai analista até a mãe portuguesa”. (JOLIBERT,1994, P. 127).

Mesmo não conseguindo a adesão de cem por cento dos pais, não podemos desistir de criar esta parceria, tentando envolvê-los não só nas atividades de aprendizagens das crianças, mas também tentar trazê-los para o ambiente escolar, onde possam contribuir como membros do conselho, participantes das festividades, da programação financeira, enfim, que possam contribuir de forma geral para a melhoria do ambiente escolar em todos os sentidos.

Outro aspecto que merece relevância relaciona-se as atividades da escrita e da oralidade, uma vez que a aprendizagem dessas linguagens se desenvolve através de um processo cognitivo e acontece de forma diferenciada para cada pessoa. Com isso, o professor deve utilizar-se de recursos pedagógicos e linguísticos variados, para que possa implementar os conteúdos disciplinares, levando em conta cada aluno sujeito, valorizando suas peculiaridades e especificidades.

Segundo Vygotsky: (1988, apud, PEREIRA, 2011, p. 20),

“a dificuldade da aprendizagem da escrita reside no fato de que ela se caracteriza como uma linguagem mais mecânica do que a fala, dependendo, portanto, de um treinamento artificial por parte do aprendiz”. Ainda para o autor, a escrita é concebida como simbolismo de segunda ordem, pois representa primeiramente os sons da linguagem oral, passando a designar relações e entidades reais posteriormente, tornando-se um simbolismo de primeira ordem”

Mesmo diante de todos os desafios encontrados no ambiente escolar e, mais especificamente, na sala de aula, existe uma forte ligação entre professores e alunos, enquanto sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Esses papéis definem a responsabilidade do professor, que deve ser um dinamizador, utilizando todos os recursos disponíveis para que o aluno torne-se sujeito, construindo uma aprendizagem significativa, valorizando o potencial e as possibilidades inerentes a cada ser em particular. Em contrapartida, o aluno deve-se perceber como sujeito ativo, que deve aproveitar todas as oportunidades oferecidas para, de fato, aprender. Segundo Koch e Elias,

O texto é um evento sócio comunicativo, que ganha existência dentro de um processo interacional. Todo texto é resultado de uma coprodução entre interlocutores: o que distingue o texto escrito do falado é a forma como tal se realiza (KOCH E ELIAS, 2012, p. 13).

Ao escrever, é necessário levar em conta que alguém vai ler este texto, logo haverá uma interação, e a compreensão, que será estabelecida pelo público para quem se pretende escrever, dependerá da capacidade de clareza por parte do escritor. O diálogo acontece através da perspectiva que se cria acerca do leitor que se utilizará da obra. Diferentemente da linguagem oral, a escrita pode ser revista e repensada várias vezes, até que se atinja o ideal.

Para Koch e Elias,

No texto escrito, a coprodução se resume à consideração daquele para quem se escreve, não havendo participação direta e ativa deste na elaboração lingüística do texto, em função do distanciamento entre escritor e leitor. Nele a dialogicidade constitui-se numa relação “ideal”, em que o escritor leva em conta perspectivas do leitor, ou seja, dialoga com determinado (tipo de) leitor, cujas respostas e reações ele prevê (KOCH E ELIAS, 2012, p. 13).

Já na linguagem falada, o diálogo acontece de forma imediata, a conversação é mais espontânea e, na maioria das vezes, usa-se uma linguagem coloquial.

No texto falado, por sua vez, emerge no próprio momento da interação. Como se costuma dizer, ele é o seu próprio rascunho. Por estarem os interlocutores copresentes, ocorre uma interlocução ativa, que implica um processo de coautoria, refletido na materialidade lingüística por marcas da produção verbal conjunta. Por isso a linguagem falada difere em muitos pontos da escrita: a) pelo simples fato de ser falada; b) devido às contingências de sua formulação. (KOCH E ELIAS, 2012, p. 14).

É preciso que a escola diversifique, desafiando os alunos a desenvolverem sua criatividade, melhorando seu desempenho e desenvolvendo suas competências na realização de atividades relacionadas à escrita. A produção textual requer uma prática constante, para que se formem alunos que escrevam de forma competente, capazes de criarem textos que apresentem coerência, coesão e que sejam eficazes quanto ao objetivo que se propõe o texto. Os Parâmetros Curriculares Nacionais apontam que:

A produção do discurso não acontece no vazio. Ao contrário, todo discurso se relaciona, de alguma forma, com os que já foram produzidos. Nesse sentido, os textos, como resultados da atividade discursiva, estão em constante e contínua relação uns com os outros, ainda que, em sua linearidade, isso não se explicita. A esta relação entre o texto produzido e os outros textos é que se tem chamado de intertextualidade. (PCNs, 1997: 21).

Diante do exposto, percebemos que a leitura e a escrita formam um binômio fundamental para vencer os desafios educacionais apresentados, tornando-se necessário uma ação coletiva que busque investir de forma intensa na aprendizagem das mesmas, desde o primeiro contato da criança com a escola, possibilitando uma reflexão quanto ao exercício da cidadania, a criação de igualdade de oportunidades e uma maior interação no meio social e no mundo do trabalho.

1.2 Letramento: Exigências e práticas Sociais de leitura e de Escrita

Historicamente, o ensino da língua portuguesa esteve sempre voltado para uma perspectiva gramatical – o ensino era voltado exclusivamente para a gramática da língua. Essa tradição foi perpetuada por longo tempo. Até meados do século XVIII, o ensino de português restringia-se à alfabetização. Quando esses alunos eram alfabetizados passavam a aprender latim e sua gramática. Por isso o ensino da gramática de português tornou-se tradição.

Na década de 60, da perspectiva gramatical presente, que via o ensino da língua mãe como o ensino a respeito da língua, o saber sobre a gramática do português, passou para uma perspectiva instrumental que tinha a pretensão através do ensino da língua, instrumentalizar o aluno para o desempenho do seu papel na sociedade. Dessa forma, a ênfase do ensino foi deslocada do saber a respeito da língua, do conhecimento do sistema linguístico, para o uso da língua, para o desenvolvimento das habilidades e expressão de mensagens. Esse tipo de ensino que perdurou até a década de 70, tinha seu apoio na pedagogia tecnicista e sua prática era voltada para a utilização de técnica de redação, exercícios estruturais e outras atividades.

É bom lembrar que, a perspectiva instrumental vem sendo questionada nos últimos anos partindo de novas concepções sobre o processo de aprendizagem da leitura e da escrita que veem o aprendiz como um sujeito ativo e capaz de construir suas habilidades e seu conhecimento da linguagem oral e escrita interagindo com os outros e com a própria língua, como objeto do conhecimento. Diante dessa mudança de paradigma, não há porque reduzir o ensino da língua ao puramente linguístico e ao puramente classificatório e metalinguístico, mesmo que os meios empregados sejam variados e sofisticados, na sua concepção, como diz Soares (1995).

Portanto, passar a trabalhar a gramática dentro de uma perspectiva reflexiva, o desenvolvimento da competência discursiva passa a ser prioridade. Pode-se ressaltar que aprender a língua nesse sentido, implica refletir sobre a mesma, sobre suas situações de uso, seus mecanismos de constituição e funcionamento. A língua nos dias atuais não é analisada como um produto acabado, como um sistema estável de normas que o aluno é obrigado a fixar sem que as experiências e situações reais de uso sejam consideradas.

Há alguns anos o ensino da língua portuguesa vem mudando vem se tornando uma das preocupações gerais não só dos estudiosos da linguagem, mas também dos professores e alunos. O ensino de português não vai bem, isso é constatado quando nos deparamos com as críticas de que a escola não estimula a formação de leitores, não conduz seus alunos para que

estes sejam capazes de ler e interpretar, nem mesmo pequenos manuais, relatórios, crônicas, resumos, artigos de jornais ou revistas e outros materiais. Enfim, tem algo tornando difícil, quase estagnado, o ensino da língua portuguesa, o desenvolvimento da escrita e da leitura.

Dentre as funções da escola, podemos destacar como principal a formação de cidadãos críticos, éticos, livres e construtores de uma sociedade mais justa. Esta função tem embasamento na Lei de Diretrizes e Bases 9.394, de 1996(LDB) e nos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997 (PCN) e sua garantia depende da construção de espaços educativos nos quais os alunos tenham liberdade de pensamento e de expressão, assumindo uma posição crítico/reflexiva.

O ensino da Língua Portuguesa se situa, nesse contexto, como uma ferramenta que leva os educandos não só a decodificarem os códigos por meio da leitura, como também que tenham uma postura diferenciada, na qual predominem a autonomia, a criticidade, a valorização da cultura e o desenvolvimento de valores cidadãos, que respeitem a individualidade e a diversidade.

Segundo Soares (1998, p. 72), “Letramento é o que as pessoas fazem com as habilidades de leitura e de escrita, em um contexto específico, e com essas habilidades se relacionam com as necessidades, valores e práticas sociais”.

Vivemos em uma sociedade onde predominam a complexidade, a heterogeneidade e a diversidade. Nessa perspectiva, precisamos utilizar todas as ferramentas possíveis para atender aos anseios dos estudantes. Não basta utilizarmos apenas os textos presentes nos livros didáticos ou nos meios de comunicações de ampla circulação. Podemos usar todas as possibilidades, de preferência as mais atrativas, que envolvam e motivem o aluno, despertando seu interesse, possibilitando a utilização das diversas linguagens, verbal, não verbal, escrita, oral e multimodal.

As diversas práticas do letramento, ou seja, as diferentes formas de alinhar atividades escritas com questões sociais, de acordo com a realidade na qual a linguagem está sendo empregada, é objeto de estudo da Língua Portuguesa e deve fazer parte da rotina escolar. Outro fator importante é que devemos considerar todos os tipos de letramento, uma vez que precisamos considerar a realidade do aluno, bem como o conhecimento a ele inerente, pois:

Nas inúmeras situações sociais do exercício da cidadania que se colocam fora dos muros da escola — a busca de serviços, as tarefas profissionais, os encontros institucionalizados, a defesa de seus direitos e opiniões — os alunos serão avaliados (em outros termos, aceitos ou discriminados) à medida que forem capazes de responder a diferentes exigências de fala e de adequação características próprias de diferentes gêneros do oral. (BRASIL/MEC/SEB, 1998, p.25)

O letramento não se restringe à linguagem escrita, mesmo sabendo que precisamos ter cuidados, por exemplo, quando precisamos usar a linguagem formal. Este fato não justifica a questão de não se cuidar da oralidade, pois muitos eventos falados exigem planejamento e cuidados, apesar de que, rotineiramente, tende-se a usar uma linguagem mais informal.

Já em situações nas quais se pretende transmitir alguma mensagem para estudantes, como quando se ministra uma palestra, uma aula, ou em uma entrevista para emprego, devemos ter cuidados com a linguagem empregada, utilizando a norma culta da linguagem, como também observando a necessidade de que haja uma compreensão por parte dos que estão a nos ouvir. Assim, podemos vencer os desafios que encontramos além dos muros da escola, respondendo as exigências de uma sociedade capitalista, excludente, representante de um mundo globalizado, no qual as inovações tecnológicas tornam-se cada vez mais presentes na vida das pessoas.

Podemos dizer que, hoje, o hábito de leitura através de livros impressos está caindo gradativamente graças a tecnologia, que através da Internet podemos ter informações de todo conteúdo preciso para pesquisas de todas as áreas. No entanto, uma das preocupações do professor é mostrar para o aluno que não só a Internet contém informações importantes, mas também os livros didáticos.

Diante dessa realidade para que a leitura se transforme em uma necessidade, desejo e prazer, os textos devem fazer parte da realidade dos alunos, de modo que possam se identificar dentro do contexto, e sejam estimulados a tomarem gosto pela leitura tornando-a agradável, para que possamos ter alunos leitores capazes de discutirem e argumentar sua própria opinião.

Vale lembrar que no contexto social, a escola necessita de condições mais favoráveis, o seu papel tem que aumentar sua definição de leitura e de aprendizagem, para entender os mecanismos de ação das novas linguagens difundidas pelos meios de comunicação de massa.

Entretanto, há uma maneira de supervisionar de forma convincente o que os alunos sabem sobre mídia, estimulando o desenvolvimento de seu pensamento crítico, as mensagens da mídia tentando dizer e, ao mesmo tempo, afastar certas palavras que venham atender aos interesses políticos e comerciais da sociedade atual e capitalista.

Hoje, a escola tem um grande desafio: estimular o aprendizado de forma desafiadora e mudar de mentalidade. É essencial uma modificação de atitude, pois no mundo de hoje, educar é preparar o aluno para a vida, é fazê-lo consciente dos seus direitos e deveres, preparando-o assim, para o mundo e para uma sociedade cada vez mais exigente.

Apesar de todo o avanço tecnológico observado na área de comunicação, principalmente audiovisuais, nos últimos tempos, ainda é, fundamentalmente, através da leitura que se realiza o processo de transmissão e aquisição da cultura. Daí a grande importância que se atribui ao ato de ler, enquanto habilidade indispensável, nos cursos de graduação.

Não basta ir às aulas para garantir pleno êxito nos estudos. Quem não sabe ler não saberá resumir, tomar apontamentos e, finalmente, não saberá estudar. Ler bem é o ponto fundamental para os que quiserem ampliar e desenvolver as orientações e aberturas das aulas, é muito importante participar, elas não circunscrevem, não limitam, mas sim, abrem horizontes para as grandes caminhadas, do aluno que leva a sério seus estudos e quer atingir resultados plenos na sua caminhada de estudante. Aprender a ler não é uma tarefa tão simples, pois como já citado por muitos pesquisadores, exige uma postura crítica, sistemática e intelectual por parte do leitor, adquirido através da prática. Em qualquer meio intelectual a leitura constitui um dos fatores decisivos do estudo. Portanto, é preciso ler, sempre e muito.

2. PERTINÊNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA E LETRAMENTO DO DOCENTE

Alcançar a qualidade da educação representa, no mundo contemporâneo, um dos grandes desafios que devem ser encarados pelas políticas educacionais traçadas pelo país. Nesse capítulo trataremos das orientações legais e encaminhamentos que orientam como se pode investir no processo de formação continuada dos professores. Trataremos do letramento do professor, como aspecto primordial à formação necessária para o desenvolvimento da competência leitora.

2.1 Formação continuada dos professores do Ensino Fundamental

O conceito de letramento, muito utilizado no ensino vigente, diz respeito à capacidade de os indivíduos usarem efetivamente a leitura e a escrita para resolver suas questões, nos diversos contextos sociais. Atualmente, não basta saber desenhar letras ou decifrar códigos; é preciso bem mais do que isso: entender os significados e usos das palavras nos diferentes espaços comunicativos. Por essa razão, afirmamos que, nas discussões educacionais, em qualquer espaço social, especialmente no escolar, não se pode jamais perder de vista o professor, suas particularidades e suas experiências. Afinal, ele é a “peça chave” nesse imenso quebra-cabeça; por isso, não basta alterar métodos e teorias curriculares sem considerar, de fato, o principal agente do processo de ensino aprendizagem, o professor. Entretanto, temos percebido que, das várias discussões sobre educação escolar, especialmente daquelas veiculadas na mídia, o professor de LP parece não participar, efetivamente, ficando às vezes no meio de “um fogo cruzado”. Na verdade, ele acaba sofrendo com tantas mudanças educacionais, com tantas críticas à sua prática docente, com os inúmeros questionamentos sobre seu processo formativo, sua profissão, seu letramento e sua vida. Aliás, ao longo da história, o educador vem enfrentando diversas críticas sobre sua práxis pedagógica, além de sofrer com o desprestígio da sua profissão, a falta de estrutura no espaço de trabalho, baixos salários, sobrecarga de serviço, entre outros fatores.

A formação do professor vai além da aprendizagem de técnicas, conceitos e metodologias, esta requer um envolvimento maior com desenvolvimento curricular, planejamento e a capacidade de solucionar problemas que surgem diariamente no contexto escolar.

Vale ressaltar que o desenvolvimento profissional do docente, ainda ultrapassa as

fronteiras do ambiente educacional, pois a formação permanente exige que este docente, seja um agente socializador, capaz de interferir positivamente em complexas estruturas sociais.

Sabemos que uma formação inicial de qualidade para a profissão docente é muito importante, no entanto a realidade é uma formação incompleta, apresentando aspectos contraditórios, principalmente por não valorizar o conhecimento profissional não contextualizado. O que se objetiva, é uma formação em que o resultado revele um profissional dinâmico, com formação permanente, cooperativo, reflexivo e investigador, pois esta é a essência do conhecimento pedagógico do qual a escola precisa para uma boa formação de alunos competitivos com um senso crítico mais aguçado para o enfrentamento de uma sociedade capitalista e dinâmica.

Conforme a literatura existente, a Formação Continuada dos professores tem uma história recente no Brasil, pois esta se intensificou na década de 80 e com o tempo foi assumindo modelos diferenciados, desde cursos rápidos até programas mais extensos e em modalidades diversas. Ela é institucional, requer das pessoas uma abertura a novas ideias, decisões e habilidades, tem uma visão de que todo ser humano tem a capacidade de se aperfeiçoar diante das oportunidades de aprendizado em todas as idades e em muitos contextos, tanto na vida profissional quanto em atividades simples não formais. É importante lembrar que a Educação Continuada faz parte de uma luta pela escolarização básica de qualidade e que envolva a todos.

Embora o processo de formação continuada seja recente, têm ganhado importância nos dias atuais, principalmente por acompanhar o desenvolvimento mundial, este termo traz consigo subentendido ou não a idéia de desenvolvimento de aptidões e valores aplicador a evolução (no caso, intelectual) do ser e também na tomada de decisões. Quem participa deste processo tem a característica de querer saber sempre mais, numa eterna vontade de aprender para compartilhar.

Diante dessas constatações, compreendemos que uma formação inadequada pode levar, de fato, o professor a reproduzir na sala de aula conteúdos teóricos insuficientes e até mesmo descontextualizados. Por essa razão, entendemos que a formação continuada deveria ser o espaço ideal não só para refletir sobre as práticas pedagógicas atuais e antigas, a vida pessoal e profissional do professor, como também para desconstruir saberes cristalizados e, principalmente, construir outros saberes condizentes com as reais necessidades e expectativas dos alunos.

Os alunos chegam ao vestibular e até mesmo no curso superior, sempre preocupados com a prova de português como um grande empecilho. É como diz Back (1987) que a

consequência é que no Brasil muitas coisas se fazem para efeito de estatística. As escolas são feitas de mármore, mas faltam coisas mais importantes para um ensino eficaz. A mentalidade dos professores e alunos é corrompida, pois a boa prova é o que vale para comprovação de documento não são levados em conta aquisição de comportamentos e habilidades. Para esse autor, a situação desastrosa parece não ser apenas no ensino da Língua Portuguesa, mas também das outras disciplinas. Mas o nosso foco nesse trabalho é averiguar as dificuldades dessa problemática que é o ensino da escrita e leitura da língua materna. Para Back:

A língua continua em constante evolução e que há uma série de variedades linguísticas, cada uma delas válida em sua época, em seu lugar, em seu nível social. Mas, afirmando que a língua se comporta como verdadeira democracia: todos os elementos ou da gíria, amanhã temos literários. (BACK, 1987, p.11).

Podemos afirmar, de acordo com o autor, que nem a língua nem a democracia funcionam na base de subversão, mas na base da construção, da evolução, substituição. O próprio professor fica desorientado sem saber o que ensinar, o que tolerar, o que condenar ou elogiar. Segundo Back (1987) essa situação agrava-se através dos professores de comunicação. O maior problema da educação do Brasil é que muitas coisas se fazem apenas para efeitos estatísticos, com graves prejuízos para a Nação e seu povo. Por isso Back:

Constroem-se escolas como palácios de mármore, mas descuida-se do essencial: bibliotecas e laboratórios. No ensino, os planos e as realizações ficam no papel. Corrompe-se a mentalidade dos professores e dos alunos. Pois importante é que o aluno faça boa prova, é “documento” de que aprendeu; não se leva em conta a aquisição de comportamentos e de habilidades. (BACK, 1987, p. 12).

Vale ressaltar, que o professor precisa mudar o seu comportamento em sala de aula, tomar uma atitude diante dos livros didáticos e ensinar o educando a ser um mero repetidor das definições, listas e regras que foram ensinados.

Para Back (1987) o descaso com o ensino aprendizagem da língua portuguesa é ainda assustador. As causas do fracasso do ensino estão presentes na realidade do nosso povo, na situação socioeconômica do país, na situação restrita do ambiente escolar, e no descaso da política pública em relação à educação em nosso país.

É importante lembrar que o povo brasileiro foi formado a partir da mestiçagem do branco europeu, dos negros africanos, dos índios nativos que tinham suas manifestações culturais e falavam sua própria língua. Por isso, o povo brasileiro, resultado dessa miscigenação, precisa ser preparado para respeitar cada dialeto falado pelos habitantes das diversas regiões procurando dominar a língua culta padrão que a escola trabalha, que garante

a sociabilidade dessa população que está distribuída em uma área geográfica muito ampla.

Quando a questão socioeconômica, também ressaltada por Back (1987), revela que aqueles que têm melhor situação financeira não colocam seus filhos em escolas públicas, procurando assegurar-lhes assim um ensino melhor e um futuro profissional promissor e conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida.

É preciso que a escola pública também ofereça ensino de qualidade para que os filhos dos trabalhadores tenham acesso à faculdade através dos programas do governo que não chega a todos, mas através do seu interesse e de uma boa aprendizagem. Segundo Bastos,

O Escola novismo ou Pedagogia nova, como foi chamado, defendeu a valorização da criança, cujos interesses e características individuais deveriam ser respeitados. Acreditava que a solução dos problemas educacionais estavam dentro da própria escola, desconsiderando os aspectos políticos, econômicos e sociais. (BASTOS, 2003, p.29).

A autora acredita que o professor ensinando de uma forma que o educando aprenda, garante a diferença. Desse modo, a ênfase recai sobre a dimensão técnica do processo de ensino. Mas a que ponto podemos contar com profissionais bem preparados?

Durante muito tempo a profissionalização do professor sofreu fortes influências do Estado que usou as escolas normais para difundir as ideologias dominantes. Quando os professores deixaram de ter a marca religiosa presente no Brasil Colônia e Império, transformam-se em servidores do Estado, no Brasil República. Somente no final da Década de 80 e início de 90 a formação de professores em nosso país voltou para os aspectos microsociais, sendo privilegiada a formação do professor-pesquisador, capaz de pensar na ação, articulando sua prática profissional com a atividade de pesquisa. O professor reflexivo que relacionava teoria e prática.

O fracasso do ensino da leitura e escrita da língua materna se relaciona muito nos dias atuais, com a má preparação de alguns professores que não definem os objetivos a serem atingidos durante as aulas ministradas. Muitos abrem o livro didático no horário da aula e trabalham sem antes verificar o que antes o livro traz, se o conteúdo está compatível com a clientela a ser atendida. É necessário que os professores juntamente com os coordenadores pedagógicos determinem os conteúdos a serem estudados em cada etapa escolar, definindo as metas a serem atingidos no final de cada estudo. Nesse contexto, Back declara:

Antigamente, os professores eram da “elite” cultural e os alunos da “elite” social e os alunos aprendiam, apesar das evidentes falhas didáticas; (...) Hoje, muitos alunos não tem condições de estudo, por falta de saúde, de material didático, por deficiência alimentar. por extremo cansaço, sobretudo em cursos noturnos, por falta de tempo para estudar. (BACK, 1987, p. 10).

Entende-se que no passado os professores ensinavam por vocação e por isso eram reconhecidos pela sociedade pelo valor do seu trabalho, apesar da baixa remuneração a qual eram submetidos. Eram ou são? O professor ainda hoje é desvalorizado, a começar pelo baixo salário.

Outra questão muito discutida hoje é a formação acadêmica do professor: ele é graduado em Letras, mas ensina Geografia, História, fora da sua área de formação. O profissional da educação que menos estuda é o escolhido pela direção da escola para ensinar a ler e escrever no 1º Ano do ensino fundamental. Como fica o aprendizado da criança? Há professores que quase não participam de cursos de habilitação profissional e leem pouco, as vezes um livro por ano. E ainda existem alguns que não gostam de ler, nem mesmo uma revista, um jornal.

Não é possível afirmar que existe uma receita para que as causas do fracasso do ensino da língua materna, do desenvolvimento da leitura e da escrita sejam solucionadas. Mas, uma coisa pode ser feita: mudança de comportamento dos professores no exercício da sua função, comprometimento com o crescimento intelectual do educando, particularmente o das sucateadas e discriminadas escolas públicas.

A prática docente não tem conseguido grandes avanços no que se refere à aprendizagem dos alunos, desencadeando outros grandes desafios, como a evasão escolar, a baixa aprendizagem e a reprovação, configurando-se num quadro negativo bastante preocupante. Muitos professores seguem o tradicionalismo fielmente sem se importar com o novo, o mais dinâmico, apresentam uma formação que traz nos seu modo de agir na sala de aula, o desestímulo e o comodismo.

Em suas pesquisas, Silva (2002, p. 86), conclui e relata três pontos bastante preocupantes em relação ao professor: formação precária e empobrecimento contínuo de suas condições para a prática de leitura e para a participação na cultura em geral; apego quase exclusivo ao procedimento, giz e lousa em função da inexistência de bibliotecas escolares e/ou tecnologia de apoio ao trabalho; negação da história pessoal construída ao longo da experiência docente -ideologia tecnicista que leva o professor a cultivar receitas prontas para problemas de ensino e aprendizagem, sufocando a autonomia e piorando a mentalidade do magistério brasileiro.

Vale ressaltar que, é imprescindível que haja uma mudança na postura desses profissionais, já que são os principais atores responsáveis pela reversão desse quadro. Necessário se faz também que haja investimentos na sua formação, para que possa

desenvolver competências e habilidades para ministrar o ensino de forma mais eficaz, elevando o nível de aprendizagem. O docente não deve ficar estagnado, acomodando-se aos saberes que possui. Pelo contrário, ele deve entender que precisa colocar-se constantemente na situação de aprendiz, adaptando-se as mudanças que surgem, sejam elas administrativas, curriculares, organizacionais dentre outras. Com essa postura de querer aprender sempre mais, aliada ao exercício da docência, na prática, os professores podem crescer tanto na esfera pessoal e profissional, como também na interação com outros atores envolvidos no processo educacional. Cumprir verdadeiramente o papel de educador exige esforço e competência para que possa despertar nos educandos o desejo de aprender, construindo uma aprendizagem significativa e conduzindo ao sucesso escolar.

O momento nacional é de luta pela mudança pela renovação do ensino. Essa é uma batalha de todos e o professor não pode nesse momento se omitir ou dele participar de modo superficial. O ensino da leitura e da escrita não pode ser afastado desses propósitos cívicos que tornam as pessoas mais críticas, mais participativas e atuantes, política e socialmente, como afirma Antunes,

Não podemos, não devemos, pois adiar a compreensão de que a participação efetiva da pessoa na sociedade acontece, também e muito especialmente pela “voz” pela “comunicação”, pela atuação e interação verbal, pela linguagem, enfim. Tivemos, durante muito tempo, uma escola que favoreceu o mutismo, que obscureceu a função interativa da língua, que disseminou a ideia de uma quase irreversível incompetência linguística o que deixou, a todos, calados e, quase sempre, apáticos. (ANTUNES, 2003, p. 15).

Apesar da importância do uso da linguagem oral e escrita, o que predomina nas aulas de português é o estudo inócuo das nomenclaturas e classificações gramaticais. Esse tipo de estudo, muito presente, principalmente nas escolas particulares bem tradicionais só tende a despistar a atenção, embotando a criatividade dos educandos para perceberem o que de fato, se pode sofrer pelo domínio da palavra.

Parafraseando Almeida (1997), enquanto o professor fica analisando se o sujeito é simples, determinado ou indeterminado, o educando fica privado de tomar consciência de que ou ele se determina a assumir o destino de suas vidas ou acaba como um sujeito inexistente. Ainda com Almeida (1997), a participação efetiva da pessoa na sociedade acontece através da voz, pela comunicação. Sabemos que não é tarefa da escola ensinar a conversar, porém a realização de algumas atividades didáticas, pode auxiliar o educando no desenvolvimento de sua atividade conversacional, no âmbito ou fora da escola.

Nos dias atuais, não faz sentido o professor pedir ao aluno para ler em voz alta a classe

toda numa só voz, apenas para saber se ele ou eles sabem ler. É importante criar situações de leitura em voz alta, mas que seja significativa e dinâmica. É bom lembrar, que a leitura em voz alta pode ser considerada uma das práticas de oralidade mais tradicionais em sala de aula e está sendo vista como ultrapassada, assim como a cópia e o ditado.

O problema dessa modalidade de leitura é saber para quê e como ler em voz alta. Quando essa prática dá condições ao professor de identificar possíveis dificuldades para auxiliar o educando na sua superação, tal atividade só tende a trazer benefícios.

Nesse sentido, é importante que o professor sirva de modelo e tenha uma leitura em voz alta bastante fluente e capaz de captar o interesse da classe para o que está sendo lido. O ensino de português para um bom desenvolvimento da leitura e da escrita, precisa deixar de ser o repasse de conteúdos gramaticais. É preciso compreender que os objetivos de falar, ler e escrever é adequar a linguagem às circunstâncias, aos educandos, ao assunto e às intenções, usando a norma padrão oral quando necessário.

A fala e a escrita são duas formas de realização da língua bastante diferenciadas. O desconhecimento de que escrita não é mera transcrição da fala e de que a graus de formalidade tanto no discurso oral quanto no escrito gera grandes dificuldades para o aluno que fala o dialeto não padrão, por exemplo. Do ponto de vista dos autores que estudam a língua mãe, a escrita é sempre considerada formal e a fala sempre coloquial, e o educando deve passar a redigir textos no dialeto culto e estilo formal, tarefa bastante difícil de ser executada em função da complexidade de cada uma das etapas: redigir textos no dialeto culto, redigir textos em dialeto formal.

Assim, o planejamento retirado do livro didático, destacando itens gramaticais para ser visto por uma determinada série, deve destacar nos seus aspectos conceituais, gêneros textuais e suas características linguísticas. Essa seleção poderia ter como base critérios apontados por Kaufman e Rodrigues (1995): a frequência com que os textos circulam no ambiente social da comunidade com a qual se vai trabalhar, uma vez que os educandos precisam saber interpretá-los e produzi-los tais como: uma carta pessoal, uma notícia, receita de bolo, e a necessidade de se apropriar de certos gêneros embora com menor difusão, uma vez que enriqueceriam a bagagem cultural dos educandos – a poesia, o conto, o verbete.

No momento de interpretar algum texto, o professor precisa estar consciente de que o educando tenha ideias. Se o mesmo não tem, o professor precisa criar meios para que isso aconteça, proporcionando-lhes uma bagagem cultural. Como o professor consegue que seus educandos tenham ideias? É evidente, podemos dizer através da leitura e do debate sobre variados assuntos, de preferência escolhido pelos educandos. Conforme Back quando afirma,

Poderá ter ideias aquele que tem longa experiência e não é o caso de nossos alunos – é aquele que adquire ideias por outros meios, sobre tudo pela televisão. Mas os alunos não estão sendo conduzidos a relacionar os fatos apresentados pela televisão com sua vida e as redações, sobretudo por que falta nas famílias o momento de debates entre pais e filhos sobre a mensagem da TV. Apenas “engolem” horas e horas, sem nada dirigir e aproveitar conscientemente. Execução: atuação dos jogadores de futebol e do juiz (BACK, 1987, p. 141)

Por essa razão, o professor deve orientar os educandos através do debate sobre determinado tema a que agucem seu raciocínio para chegar a outras ideias, além das que surgem de todos os lados dos colegas do círculo de debates. Dessa forma, o professor supera o que falta nas famílias: o momento do debate entre pais e filhos. Se o aluno aprendeu a raciocinar nas fases do ensino da expressão oral, não faltarão ideias na redação. Quando o professor perceber que o educando gosta de redigir, além dos elogios, ele poderá dar sugestões a respeito do conteúdo, tais como: a sequência das ideias, o encadeamento dos fatos, as sínteses, a introdução, a conclusão. Segundo BACK,:

É costume do professor a preocupação maior com a correção da linguagem e menos com o conteúdo. Entretanto, é preferível que os alunos tenham um excelente trabalho em relação ao conteúdo, mas cheios de erros gramaticais e de ortografia, do que um trabalho sem esses erros mas vazio de conteúdo. Aquele que corrige facilmente. (BACK, 1987, p. 143)

Conforme o autor, os erros gramaticais não valem muito mais do que o conteúdo. Para ele o essencial é a presença da lógica, das ideias que são adquiridas ao longo do tempo com bastante leitura e orientação. Para Back (1987), os educandos não vão precisar muito de definições gramaticais pela vida afora. Basta-lhes o reconhecimento dos fatos essenciais da gramática, para poderem utilizar o “livro gramática” e, sobretudo o dicionário. Os gramáticos, os filósofos, os linguistas é quem precisam de definições gramaticais para continuarem brigando entre si. Se no futuro algum educando se tornar professor de língua, que aprenda todas as definições ou as estude comparativamente. Mas, pensando como Back, Antunes recomenda o cuidado para prestar atenção a outros aspectos do texto, quando afirma:

A tradução escolar, segundo Antunes (2003, p. 60-61) tem conferido, por vezes, uma importância exagerada ao domínio da ortografia, criando impressão de que basta a correção ortográfica para garantir a competência de escrever bons textos.

Geralmente, a referência que se faz ao fato de que o aluno não sabe escrever, tem como pressuposto a constatação de que ele escreve com erros ortográficos. A escola deve cuidar, é claro que, ao final do ensino médio, esse aluno não demonstre dificuldade ortográfica, mas isso não pode construir o ideal da escrita adequada e relevante, embora mereça certo cuidado.

O erro ortográfico das produções escritas do educando deverá ser visto pelo professor

como um raciocínio, cujas bases são coerentes com esquemas já adquiridos pelo aprendiz. O erro sendo visto por esse ângulo, o professor poderá apresentar intervenções didáticas planejadas e cientificamente embasadas. Essas intervenções poderão apresentar-se em forma de atividades que conduzam o educando a uma reflexão sobre a escrita no dia a dia escolar. Para que ocorra essa reflexão, o aluno precisa ter a oportunidade de escrever produções espontâneas, lendo e reformulando textos. De acordo com Morais (2000, p. 73), essa atividade é bastante adequada para “fomentar dúvidas ortográficas para estimular os alunos a usar automaticamente o dicionário e assumir uma postura de revisão de seus escritos”.

Vale dizer, que essa produção espontânea deve estar voltada para histórias contadas pelos educandos sobre assuntos do seu interesse do contexto no qual estão inseridos. Não podemos ir contra a concepção de que “todos podem escrever”, pois sabemos que sim, é só uma questão de tempo, exercício, leitura e, sobretudo, boa orientação por parte da escola. Escrever é uma arte que pode ser aprendida por todos.

Alguns dizem “escrever é um dom”. Mentira, esse foi um mito que a escola criou para manter como princípio fundamental para qualquer ação que envolva aprendizagem e desenvolvimento da escrita. Para a escola, produzir escritos, é tarefa para poucos e deve seguir rígidos modelos literários. Quem pode negar que Patativa do Assaré não sabe escrever?

Em todas as sociedades em que a escrita estabeleceu, a arte de escrever era reservada a poucos. Aqueles ligados de alguma forma ao poder é que poderiam ter acesso à escrita. Mesmo quando a escola passou a receber no seu âmbito, outras classes sociais que não apenas a dos nobres, atividade de escrita era mais voltada para exercícios de caligrafia e pouco para produção de escritos com significação atribuída para leitura e conhecimento do assunto a ser abordado. Esse exercício é bastante válido para acontecer às cenas corriqueiras que acontecem nas aulas de redação. O professor determina o tema, o tempo, a forma do texto e ainda o título a ser desenvolvido. Essa forma de aprender a produzir textos não acontecia somente em épocas anteriores, pois ainda nos deparamos com essa cena nos dias atuais.

No sentido de evitar frustrações, é bom saber que o ensino da língua portuguesa, o desenvolvimento da leitura e da escrita, foco desse trabalho, é necessariamente imperfeito. Isso porque um dos objetivos do professor é levar o educando a se acostumar a ler textos dos quais não conhecerá o significado de todas as palavras. Mesmo estudando a língua materna todos somos sujeitos de um contínuo aprendizado. Sempre há verbetes a procurar no dicionário e a compreensão é algo que se constrói ao longo do tempo.

Sabemos que temos um longo caminho a percorrer nesta incansável batalha em ofertar uma educação melhor. As estatísticas nos mostram que a aprendizagem encontra-se muito

aquém do que se deseja. Os resultados das avaliações externas e indicadores como o índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB e SPAECE evidenciam que precisamos concentrar mais esforços nessa busca pela qualidade.

A construção dessa escola melhor, espaço onde os estudantes aprendam realmente, não só os conteúdos propostos, como também possam mudar seu modo de ver e agir, tornando-se cidadãos que buscam a construção de uma sociedade melhor, passa pela mudança de postura do docente, que deve ter apoio na participação coletiva, permitindo o aprimoramento da prática educativa, tendo educadores e educandos como protagonistas das mudanças. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB garante o direito a uma educação de qualidade e, conseqüentemente, a construção de uma aprendizagem significativa e coloca com relação ao trabalho docente que:

Os docentes incumbir-se-ão de:

- I. participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
 - II. elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta de trabalho do estabelecimento de ensino;
 - III. zelar pela aprendizagem dos alunos;
 - IV. estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
 - V. ministrar os dias letivos e horas estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
 - VI. colaborar com as atividades de articulação da escola com a família e a comunidade
- (BRASIL, 1996, p. 12)

A carreira dos docentes também é destaque no Plano Nacional de Educação, que elenca alguns quesitos indispensáveis como “formação adequada, educação continuada, jornada de trabalho em um único estabelecimento e com tempo para atividades complementares, salário digno e competitivo e o compromisso social e político dos mesmos.” (BRASIL,2014) Para que essa realidade se concretize, ainda temos um longo caminho a percorrer.

Pensar num trabalho que considere a formação integral do indivíduo, permitindo-o tornar-se um cidadão participativo, exige repensar a escola e a função de cada um dos seus atores. Para Victor Paro (2000), a escola deve buscar a realização de objetivos nas dimensões individual e social do homem. Ele destaca a singularidade do ser humano e a sua necessidade de socialização, sugerindo-nos algumas pistas com o objetivo de implementar políticas públicas voltadas para a escola de qualidade. O referido autor destaca a necessidade de

redimensionar o conceito de qualidade do ensino, empreendendo uma reflexão profunda do referido conceito, contribuindo na busca de uma qualidade que valha a pena ser posta como parâmetro nas políticas públicas consistentes e relevantes para o ensino. Ainda com o mesmo autor, há também a importância de se levar em conta a concretude das práticas da escola e a ação de seus atores na formulação de políticas educacionais, ressaltando que:

É preciso conhecer a posição dos atores (professores, alunos, pais, direção, demais funcionários), seus interesses e expectativas, sua visão de educação e dos problemas a ela correlatos, bem como os determinantes de suas posturas e disposição para aderir a novas propostas. (PARO, 2000, p. 32)

Para que o aluno aprimore sua aprendizagem, o docente deve apresentar competências para ensinar de forma mais eficaz. Na prática docente os professores crescem profissionalmente. Esse crescimento também ocorre na interação do professor com os outros atores envolvidos.

A formação docente e uma prática que leve o educando a construir a autonomia e o caráter ético, são destacados pelo educador Paulo Freire, quando afirma:

Educadores e educandos não podem, na verdade escapar a rigorosidade ética. Mas é preciso deixar claro que a ética de que falo, não é a ética menor, restrita, do mercado, que se curva obediente aos interesses do lucro. Em nível internacional começa a aparecer uma tendência em acertar os reflexos cruciais da “nova ordem mundial. (FREIRE, 1996, p. 7)

Freire nos leva a refletir sobre a rigorosidade metódica do ato de ensinar, destacando a necessidade de se respeitar os saberes do educando. Coloca não só a questão da ética, mas também a estética, a criticidade, a reflexão crítica de sua prática, o exemplo, a aceitação do novo e a importância da pesquisa. O autor refere-se a posição do educador, destacando que ele deve rejeitar todas as formas de discriminação, como também que deve reconhecer e valorizar as diversas identidades culturais, incluindo a sua própria. Demonstra com suas palavras, que ensinar não é apenas transferir conhecimentos e que o ato de ensinar está relacionado à especificidade humana.

Uma escola que busca a qualidade deve estar preparada para trabalhar com a diversidade, como também aceitar o novo que acontece constantemente. Segundo Maria Célia Borges:

Torna-se oportuno situarmo-nos no tempo e no contexto em que vivemos. É evidente que há uma nova realidade global e tecnológica, que está influenciando os sistemas educacionais e mudando a educação para dar respostas às circunstâncias novas advindas da globalização e do paradigma neoliberal. (BORGES, 2013, p. 60)

O professor precisa estar atualizado com o uso das tecnologias e usá-las como ferramenta adicional para o aprimoramento da aprendizagem. Nesse sentido, percebemos a necessidade da formação continuada para professores, diante da realidade apresentada, aliando todos os recursos e conhecimentos possíveis para melhoria da aprendizagem. Se conseguirmos formar profissionais melhores, conseqüentemente teremos uma educação melhor para todos.

O mundo de hoje, dominado pela tecnologia, pela informação via internet via celular, não comporta mais uma escola que no seu interior aprisiona o conhecimento em alguns poucos livros. Nesse contexto, é necessário reformular a proposta pedagógica numa mais consistente em relação a leitura e à escrita, com base no processo cognitivo do educando. A questão, não é apenas mudar ou melhorar, é muito mais, é romper com o instalado, estabelecendo uma nova prática, criando uma nova relação entre os sujeitos do ensino aprendizagem em busca do letramento tanto do educando como do professor. Esse letramento inclui a capacidade que o homem tem de se instruir por meio da leitura e de selecionar, entre as informações adquiridas através da mesma, aquela que se interessa e contribui para o conhecimento pessoal.

2.2 A Formação Docente na Perspectiva do Letramento

Um bom professor precisa conhecer a realidade e as necessidades de seus alunos, inclusive os seus sonhos, suas perspectivas e principalmente as dificuldades enfrentadas na construção da aprendizagem, para que possa ajudar na superação dos obstáculos. Com relação ao saber sistematizado, deve ter domínio da escrita, leitura, produção e compreensão, para que possa realizar as intervenções e dá suporte ao aluno, sempre que se fizer necessário.

O aprendizado sistematizado é uma prática que liberta o indivíduo para pensar, levando-o a compreender melhor o mundo, possibilitando tornar-se um ser participativo. No uso convencional, a decodificação e a reflexão se estruturam na variedade e na construção cultural. Para este fim, os indivíduos necessitam da intervenção do professor, que deve estimular orientar e ampliar os conhecimentos.

Embora os profissionais da educação reconheçam a necessidade de estimular aprendizagens mais significativas dessas práticas para que possam cumprir, pelo menos em parte, com sua função de instrumentos fundamentais de aprendizagem o que constatamos são gerações de estudantes que chegam ao final da escolaridade satisfeitos pensando que a partir

daquele momento estão livre dos livros com os quais lidaram na escola sem motivação e prazer. Veja o que diz Fiel a esse respeito quando afirma:

A escola, sendo a entidade que tem a incumbência de ensinar a ler, vem definindo a leitura de um modo bastante estático e mecânico. Confunde o processo de ler em um simples reconhecimento de palavras em páginas impressas. Existe uma nítida separação entre o mecanismo da leitura e pensamento reduzido a leitura a um ato mecânico de decifrar letras (FIEL, 1986, p.64).

A escola não tem ensinado a leitura e a escrita como um ato de prazer, ela tem buscado substituir a linguagem da criança pela linguagem padrão, desvalorizando a linguagem que identifica a criança com seu meio social. É bom lembrar que a escola não deve interromper esse processo, deve manter e aprimorar os comportamentos sociais da interação verbal, multiplicando as experiências de atividade oral sobre temas variados em diferentes condições.

O desenvolvimento da criança em relação as variações linguísticas, mostrando também os preconceitos sociais que privilegiam umas e discriminam outras. É bom lembrar que desde as primeiras grafias, a criança vai aos poucos aprendendo que se trata de expressões e formas tão expressivas quanto quaisquer outras e que a modalidade padrão é uma alternativa e não a linguagem única em que pode manifestar seus sentimentos e a sua forma de ver o mundo e tudo que a cerca.

Desde cedo as crianças aprendem a comunicação verbal antes de iniciar escrita. Sendo assim quando ela passa para o papel uma história que sabe contar muito bem, sem nenhuma dificuldade, enfrenta de fato uma tarefa bastante desafiadora. Um dos maiores desafios referente ao escrever é o processo de tradução de sua voz em escrita, no qual implica o uso da pontuação, o emprego do parágrafo, a conquista da fluência e coesão textual.

Por isso, o trabalho pedagógico na escola é contínuo, pois o trabalho em uma série supõe sempre um conhecimento detalhado dos resultados nas séries anteriores. O professor precisa reavaliar a realidade linguística de seus educandos nas atividades orais de produção de textos e de leitura. Essa realidade certamente será muito viável, dependendo do sucesso das práticas anteriores.

A rotina escolar deve estar alicerçada no desejo de mudança. Muitas vezes a prática muda mais lentamente que o discurso. É importante compreender o porquê desse descompasso entre discurso e ação, buscando analisar as razões dessa incoerência, desenvolvendo a compreensão de que o novo movimenta o mundo, promove o bem estar e o desenvolvimento cotidiano que se insere na aprendizagem. Nessa perspectiva, Silva entende que:

A seriedade de um debate somente se configura através de argumentos fundamentados na realidade concreta. Isto que dizer que quando o indivíduo se propõe a discutir uma problemática nacional, defendendo uma determinada posição a expectativa é que ele possua fatos concretos para sustentar o seu posicionamento. (SILVA, 1990, p.35).

O professor é o maior responsável pelo processo de ensino-aprendizagem. Precisa, portanto, estar atualizado com as constantes transformações pelas quais passam a sociedade, a educação, a família e o mundo.

Para que o professor realize um trabalho exitoso, é necessário que detenha conhecimentos teóricos e práticos, não só da disciplina que leciona, como também de todo processo educacional.

Nesta sociedade globalizada, moderna, tudo evolui rapidamente e passa por grandes transformações. É necessário que os educadores busquem os meios mais eficazes para atingir seus objetivos, conquistando o sucesso. A educação, inserida neste contexto e por ser transformadora e geradora de esperança na construção de um futuro melhor, precisa acompanhar os passos e descompassos das transformações sociais, econômicas e culturais, garantindo a melhoria de vida através do conhecimento.

Desta forma, a educação que se pretende ofertar à comunidade estará sintonizada com as transformações do mundo e com outras áreas parceiras, gerando elos de fortificação entre os elementos que constituem os processos de ensino e aprendizagem, objetivando formar cidadãos capazes de construir seus conhecimentos, interferindo e transformando o meio e a realidade nos quais estão inseridos, interagindo sempre com o meio social.

A busca de novos saberes fundamenta-se na necessidade da leitura, não somente de códigos e palavras, como também do mundo e da realidade.

Ler é construir uma concepção de mundo, é ser capaz de compreender o que nos chega por meio de análise e posicionamento crítico frente as informações colhidas, o que se constitui como um dos atributos que permite exercer de forma mais abrangente e complexa, a própria cidadania. (VILLARD, 1999, p. 4).

Diante do exposto, podemos questionar a importância da leitura na formação de educadores como uma das primeiras ações na busca da promoção do sucesso do seu trabalho é a leitura da realidade, das necessidades, dos anseios e dos problemas que os estudantes enfrentam para construir o conhecimento.

Não podemos esquecer que os recursos tecnológicos oferecem um grande auxílio na formação continuada de professores. As novas tecnologias no contexto escolar vêm se revelando meios eficazes de organização do trabalho, excelentes fontes de aquisição do

conhecimento e uma forma de ampliar o desenvolvimento educacional. Esses recursos permitem que se trabalhe de forma contextualizada, conectando-se, em tempo real, com a realidade econômica, política e social em todo o mundo, possibilitando que, quem se utilize desta ferramenta, esteja atualizado com a nova ordem mundial.

O desenvolvimento das tecnologias da informação permite que a aprendizagem ocorra em diferentes lugares e por diferentes meios. Portanto, cada vez mais as capacidades para criar, inovar, imaginar, questionar, encontrar soluções e tomar decisões com autonomia assumem importância. A escola tem um importante papel a desempenhar ao contribuir para a formação de indivíduos ativos e agentes criadores de novas formas culturais. (PCN, 1988, p. 140).

Aliar o uso das novas tecnologias à prática deve fazer parte do projeto de um educador aberto às mudanças que ocorrem na sociedade. As inovações tecnológicas surgem diariamente e exigem dos docentes uma atualização contínua. Não basta utilizar vídeos, som, televisão, computador. Faz-se necessário criar uma cultura tecnológica, que seja incorporada no cotidiano e produza bons resultados.

A tecnologia eletrônica pode ser utilizada para gerar condições de aprendizagem com qualidade, ou seja, permite criar ambientes de aprendizagem nos quais a problematização, a reflexão, a ação crítica e a capacidade de pensar com autonomia sejam vivenciadas nos meios sociais e escolares, utilizando dinâmicas e situações de leitura e (re) leitura do mundo.

A leitura crítica em geral, não é espontânea nem admite interpretações prontas. Formar telespectadores críticos e exercitar atividades de compreensão e análise. O diálogo sobre programas de TV é importante atividade reflexiva acontece na família, com amigos e entre colegas de escola, motivando melhor compreensão dos programas. Após exibição destes, discute-se com os colegas. Os aspectos que se queira destacar abordagem significativas em relação o ensino e a aprendizagem ou pontos sugeridos pelos alunos. (FIORENTINI & CARNEIRO, 2002. P. 17)

A escola tem a função de estimular a capacidade crítica e reflexiva dos educandos para aprender a transformar informações em conhecimentos, através da criação de situações que permitam atribuir outros significados a esses conhecimentos e a construção de outros saberes a partir deles, desenvolvendo-se, assim, atitudes críticas frente aos conceitos veiculados.

Acredita-se que os conhecimentos sistematizados não estão mais presentes somente nas bibliotecas, nem o acesso a eles se dá apenas em sala de aula. Diante dos avanços tecnológicos e a velocidade da informação no mundo contemporâneo, o conhecimento circula em complexas redes, sendo veiculado não apenas pelos meios tradicionais de comunicação (rádio, jornais, revistas, televisão, etc.), mas também pelo computador e, sobretudo, pela internet. Pensar a escola neste contexto significa pensar também sua relação com esses

equipamentos e meios de comunicação, introduzindo-os no universo escolar e orientando para o uso racional e responsável, possibilitando a melhoria do processo ensino aprendizagem.

Alguns autores nomeiam o atual momento não apenas como a era da informação, mas como a sociedade do conhecimento. Essa sociedade clama por uma nova escola, um novo jeito de ensinar e aprender. Nessa nova sociedade, os estudantes não poderão apenas sair com um diploma e alguns conhecimentos, mas com a excelência do seu conhecimento.

Não se trata aqui apenas de usar a qualquer preço as tecnologias, mas acompanhar conscientemente uma mudança de civilização que recoloca profundamente em causa as formas institucionais, as mentalidades e a cultura dos sistemas educativos tradicionais e notadamente os papéis de gestor, professor e aluno. (LÉVY, 1999, p.172)

Associado a tudo isso se ressalta o importante papel que os docentes desempenham com seus alunos, promovendo a confiança em sua capacidade de aprender e transformar, projetando expectativas elevadas quanto ao próprio desempenho. Para isso, compete começar o trabalho um pouco além daquilo que o aluno já consegue compreender ou realizar, sendo parceiros, com os quais se pode contar porque a ênfase será bem maior na cooperação, do que na competição. No momento em que o foco é motivar, o professor mostra que só se constrói a aprendizagem trabalhando de forma persistente, com concentração. Por meio das tentativas, é possível sempre alimentar novas perspectivas e eleger novos desafios na perspectiva de desenvolver no aluno a competência leitora.

Há tese de que a escola é uma produtora de maus leitores. A ausência de métodos eficazes no ensino escolar e a falta de cuidado do sistema político ou por incompetência da questão pedagógica, são apostadas hoje como as mais importantes causas do fracasso do ensino da leitura e da escrita e essas insistências no equívoco acaba por gerar, ao longo de mais de uma década de formação escolar um aprendizado deficiente, causando uma série de atrasos, alterações, distúrbios ou perdas de letras.

A escola ainda não aceita, que ensinar bem é favorecer a memória de longo prazo das crianças para que as mesmas armazenem informações e conhecimento para um longo período da vida escolar. Por isso, a escola precisa desenvolver na criança a capacidade de aprender. Muitas vezes, as preocupações dos pais com o desempenho leitor dos filhos são aparentemente pequenas. Todavia, procedem não poucas as vezes. Alguns pais, decreto, exageram nas expectativas de seus filhos quanto à escrita e à leitura, mas a desconfiança é ainda, para os pais, um bom indício do que realmente pode estar ocorrendo na formação e aprendizado do seu filho.

Por essa e outras razões não é de se estranhar que hoje em dia é raro o educando descobrir o prazer que a leitura e a escrita podem proporcionar. É muito difícil para o educando entender, que a leitura deve ser vista como uma das conquistas da espécie humana educando entender, que a leitura deve ser vista como uma das conquistas da espécie humana em seu processo de hominização. De acordo com Feil, a escrita não deve acontecer imediatamente no caderno. A criança deve treinar, explorar a escrita inicialmente em outros materiais, em outros planos e superfícies, para que ela sinta realmente o traçado da mesma. (FEIL, 1986, p. 97).

Vale ressaltar que escrever é diferente de falar. Escrever textos é produzir linguagem de forma diferente. Ensinar o que a criança já sabe é pouco desafiador e ir além do que ela pode aprender, é incapaz. O ideal é a partir do que ela domina para ampliar seu conhecimento ao longo das outras séries subsequentes.

Para alguns autores, o fracasso escolar no que se refere a aprendizagem da leitura e da escrita, tem raízes fincados no Brasil Colônia e num sistema educacional arcaico e repleto de lacunas a serem preenchidas para melhorar a educação.

Para Bastos (2003, p. 120-121) “ a aquisição da leitura e da escrita é influenciada pelas características intrapessoais, interpessoais e contextuais do aluno que aprende”. Conforme a autora as primeiras fazem referência à personalidade, às capacidades cognitivas, à motivação, e aos estilos e estratégias de aprendizagem. As segundas relacionam-se com o processo ensino aprendizagem, com o perfil do professor, e seu relacionamento com o educando e os estilos de ensinar. Portanto, as últimas características envolvem o contexto onde o aluno está inserido.

Neste sentido, o educando sofre influência interna e externa para o aprendizado da leitura e da escrita. Por isso é de mera importância criar oportunidades para o mesmo construir seu conhecimento a partir de boas leituras de textos.

Muitos são os desafios que os livros nos apontam para que possamos chegar ao nosso objetivo como um bom professor. Porém, esse processo requer o comprometimento da família e sociedade em geral, uma vez que a escola não pode arcar sozinha com tal compromisso.

São muitas as teorias a respeito da aquisição da leitura e da escrita. Porém pode-se dizer que alfabetizar é adquirir fins práticos para que possa desenvolver junto aos educandos mecanismos de sabedoria pois ao alfabetizar cada criança ganhamos experiências que nos cerca, inventando e encontrando nele bastante força, coragem e um imenso desejo de ensinar e aprender cada vez mais junto as crianças e adolescentes que depositam muita confiança na pessoa do professor.

Há décadas a leitura não tinha tanto espaço como nos dias atuais, pois apenas uma minoria elitizada tinha acesso as informações escritas. Nos dias atuais há muito mais oportunidades para muitos, em se tratando que o letramento dos educandos é importante para a conquista da cidadania. As pesquisas mais recentes revelam que nos últimos decênios a leitura foi intensificada, graças ao aumento de novas tecnologias, pois o material pedagógico mudou, não é apenas o Livro Didático, mas a promoção de paradidáticos na criação das salas de leitura, outras literaturas inclusive a presença em muitas escolas do laboratório de informática onde os educandos têm acesso a Internet.

Com a democratização de outros meios para a motivação da leitura, toda escola deve assumir a tarefa de transformar leitores, não apenas de textos do livro didático. Dada a importância da leitura na vida social e cultural das pessoas Cagliari afirma:

A leitura é uma atividade fundamental desenvolvida pela escola para a formação dos alunos. É a extensão da escola na vida das pessoas. A maioria de que se deve aprender na escola terá de ser conseguido através da leitura fora da escola. Pois esta é uma herança maior do que qualquer diploma. (CAGLIARI, 1989, p. 148).

A leitura é uma forma exemplar de aprendizagem. Estudos psicológicos revelam que o aprimoramento da capacidade de ler também resulta da capacidade de aprender como um todo, indo muito além da mera recepção, o que acontece geralmente nos bancos da sala de aula onde o aluno numa posição passiva, recebe os conteúdos de forma automática, mecânica sem questionamento do que concorda ou discorda.

O educador tem papel fundamental na motivação para leitura, ensinando seus alunos a discutirem, analisarem, refletirem, tomarem posição e exteriorizarem pensamentos, tanto de forma oral como escrita. como mediador do processo de construção e elaboração da aprendizagem. Pois, mesmo com todos os problemas citados, a escola ainda é o ponto de apoio sobre a divulgação da leitura. É na escola que se espera ver o aluno trabalhando com livros e outras fontes de leitura.

3. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

3.1 Processo fala/escrita no texto

Transferir a fala para textos escritos representa uma das grandes causas das dificuldades no processo ensino-aprendizagem da língua portuguesa, segundo pesquisas realizadas na área de aquisição da língua materna. Essa transferência não é uma questão simples, uma vez que se deve considerar todo um contexto no qual os atores estão inseridos, estabelecendo as diferenças físicas, situacionais e funcionais dessas modalidades linguísticas de comunicação, como também as peculiaridades de cada educando, as aprendizagens anteriores, o meio em que vive, dentre outras razões.

Vale dizer que, a língua escrita não é mera transcrição ou reprodução da fala, desse modo não escrevemos exatamente como falamos. A escrita é uma representação da fala, que possui regras próprias de realização, que interage com a fala e completa-se. É sabido que a linguagem falada apresenta grande variedade de realizações de um mesmo vocábulo, algumas mais próximas do padrão, e outras, menos prestigiadas, socialmente estigmatizadas. Nesse sentido, é importante lembrar que na escrita, geralmente é usada a língua padrão, por ser valorizada socialmente, pois se assim não fosse, teríamos inúmeras variações da língua escrita, o que poderia causar grande confusão e transtorno.

Podemos observar que, na linguagem falada utilizamos frases mais curtas e mais simples, por questão de limitação humana de memorização, enquanto que, na escrita essas frases podem ser mais longas e melhor elaboradas, a fim de que não se corra o risco do texto ficar fragmentado, com frases soltas, prejudicando o entendimento do todo.

A oralidade também nos permite tratar de vários temas ao mesmo tempo sem sermos redundantes, pois os artifícios usados na fala nos permite compreender a fala do outro, sem que haja comprometimento do raciocínio. Porém, já na escrita, preferencialmente, o texto deve ser enxuto e conciso, tratando do mesmo tema, do início ao fim, para que não se afete a sequência textual. Essas diferenças são mais apreciadas e evidentes ao indivíduo alfabetizado e com o domínio da língua padrão. No entanto, para a criança, que está ingressando no mundo alfabetizado, essas diferenças não são tão óbvias assim, uma vez que, para ela, ainda a escrita representa a transcrição da sua fala.

Portanto, a fala, na maioria das vezes, é realizada sem muita preocupação com a utilização dos recursos linguísticos, não se planejando previamente, apresentando-se de forma fragmentada, incompleta, pouco elaborada e utilizando-se de frases curtas. É uma atividade

percebida intimamente pelos ouvidos. Com a escrita, que é percebida diretamente pelos olhos, normalmente tem-se um planejamento prévio, no qual predomina o cuidado em escrever de acordo com os recursos linguísticos, de forma não fragmentada, mas, completa e elaborada. Este é considerado o aspecto físico.

Com relação ao aspecto situacional temos uma realidade diferente, na qual a fala é caracterizada por uma construção coletiva, baseada em elementos linguísticos e há uma contribuição do contexto situacional, que interfere face a face. Já a construção da escrita é realizada de forma solitária e requer um tempo de elaboração, uma vez que se sustenta em elementos linguísticos.

No aspecto funcional a fala é utilizada em contatos sociais menos formais, enquanto a escrita é direcionada para a realização de trabalhos intelectuais. Enquanto registro de informações, a tese é reforçada e veiculada pela escola.

Um fato que torna o texto escrito distante da realidade do aluno é a posição da escola que, mesmo não reduzindo o uso da fala e da escrita, na prática, as diferenças citadas acima, geralmente elegem os dois tipos como únicos, não levando em consideração o fato de que, a utilização da escrita enquanto modalidade formal para o trabalho intelectual é utilizada pela minoria dos estudantes. Agindo assim, a escola ainda hoje não respeita a diversidade cultural e linguística do aluno, ao mesmo tempo em que reproduz a modalidade da escrita dominante e as desigualdades sociais.

Para que se reverta este quadro é necessário que a escola mude a sua visão com relação à forma de conceber o processo de letramento, entendendo-o não como a aquisição de estruturas linguísticas, relativas à escrita de uma língua, mas como uma habilidade desenvolvida socialmente. É necessário que não se eleja a norma culta como única variante aceita, mas que a linguagem seja uma forma de interação, para que o aluno não seja excluído da escola através da repetência e da evasão. A fala e a escrita não podem ser concebidas como duas modalidades linguísticas distintas, nem se deve eleger nenhuma como a mais importante, pois a funcionalidade, tanto da fala quanto da escrita, em diversos contextos, deve ser utilizada para o aperfeiçoamento do conhecimento de cada indivíduo na sociedade.

A escrita exige o pensar, o planejar das ideias, possibilita o refazer, diferentemente da fala, que mesmo tente desfazer o que foi dito e compreendido pelo ouvinte, torna-se quase inevitável apagar da memória e a fala retificada, soará como dúvida, causando uma distorção e descrédito na fala. Haja vista que na fala não temos como planejar, é expressa de uma forma imediata, certamente usando de repetições de palavras, o que na escrita não é admissível, correto.

Portanto, a importância da linguagem seja ela falada ou escrita, resulta do grau de nosso conhecimento sobre diversos assuntos, pois quanto mais buscarmos ler variedades de tipos de textos, sejam eles, jornalísticos, atualidades, políticos e religioso, mais conseguimos ampliar nossos recursos informativos, pois conhecimento uma vez adquirido e utilizado, jamais perderá seu valor, fará com que tenhamos um bom vocabulário e facilitará a emissão da mensagem no nosso cotidiano.

A fala tem o poder do imprevisto, a escrita tem o poder do controle. Sabemos que na fala podemos repetir palavras, aproveitar dos gestos para impressionar o ouvinte, o que será dito, não poderá ser previsto pelo este ouvinte. Já na escrita não podemos contar com esse imprevisto, o texto escrito é planejado e o leitor é livre para escolher o que ler do texto, haja vista as deduções. O imprevisto da fala é fundamental, pois o falante pode a qualquer momento ser interferido pelo ouvinte, ao contrário, a escrita não possibilita isso, por isso o escritor precisa no texto que escreve ser claro e coeso.

A fala, que é uma modalidade linguística inerente ao aluno, não pode ficar no esquecimento e sim ser aliada a escrita, como mais uma opção para que haja interação, ou seja, a escola não pode compreender que a partir do contato com a escrita o aluno não deve mais utilizar a fala. Ao invés disso, é necessário o incentivo para o uso da fala, concebendo seu funcionamento de forma contextualizada e complementar a escrita.

3.2 Sugestões para Solução de Alguns Problemas

A palavra usada por especialistas para definir a razão de um acontecimento cada vez mais comum dentro das salas de aula é, acomodação. Sabemos que muitos estudantes não estão preocupados em ler, pesquisar ou aprofundar o seu conhecimento sobre alguma coisa. Nos últimos tempos a leitura deixou de ser algo prioritário. Para muitos, ler é uma perda de tempo.

Hoje em dia, os alunos já entram no Ensino Fundamental pensando em estudar ou decorar a matéria para aquele momento, para conseguir uma nota satisfatória nos períodos das avaliações. Não pensa em realmente aprender. Os estudantes não têm noção da importância da educação. Mas também não são levados a pensar diferente sobre esta questão.

Em média, o brasileiro lê dois livros por ano. Já é possível perceber como a leitura está desprestigiada. Em casa não há estímulo. Na escola sentimos que grande parte dos alunos não possui estímulo para a leitura. Diante do cenário ficamos procurando os culpados. É muito difícil diante de um mundo tecnológico fazer o aluno despertar para a leitura, isso se, não

soubermos usar essa nova tecnologia a favor e como estímulo.

Por outro lado, o professor deve demonstrar segurança dentro da disciplina que trabalha. O estímulo para a fala, leitura e escrita devem partir do professor que ama e valoriza sua profissão. Um paralelo entre a importância da gramática, como as leis que regem o bom funcionamento da língua, seria um bom começo para desmistificar que o Português é difícil e entediante.

Discussões sobre temas atualizados, que são de interesse geral, devem ser levados à sala de aula para as produções de textos. Pedir à turma seu parecer sobre a língua oral e escrita, quais suas dificuldades em relação à língua escrita. Esse exercício nos servirá para descobrir onde estão os erros e como modificá-los.

O desprendimento do professor para o aperfeiçoamento da fala de seus alunos, também é um aspecto importante da língua, visto que o falar bem, com boa desenvoltura, carisma, vocabulário adequado à situação comunicativa, gestos e postura, podem elevar de forma considerável o nível de receptividade dos alunos.

A ideia de se inserir tanto no professor quanto no aluno a noção de que a excelência na comunicação é fundamental, na verdade, já soma alguns anos. A aceleração da globalização, a criação de vários cursos de aperfeiçoamento, fora do âmbito escolar, só demonstra que este processo comunicativo deve ser incrementado com a pressa que o mercado impõe Bechara(1985). Apesar de se verificar a existência de dificuldades advindas do conservadorismo, do comodismo e da apatia, trabalhos estão já há muito tempo sendo desenvolvidos com este intuito a nível mundial, alcançando e adentrando também longínquos centros urbanos.

De qualquer maneira, observa-se que quem tem posse do falar, motivado e significativo, alcança bons resultados profissionais e no meio social. O professor carismático que adentra uma sala de aula cumprimentando o alunado e tendo uma postura informal, abre os sentidos, os reflexos, a percepção dos alunos. Assim, qualquer conteúdo, por mais complexo, será apreendido de forma um pouco mais amena. Também, a excelência docente não se faz pelo mero acúmulo de certificados de especializações, mas pela forma com que este professor faz a transferência para o seu aluno: não é um vocabulário específico e sem sentido que marca um bom profissional na área educacional. O bom profissional antes de tudo deve amar e valorizar a sua profissão, para que consiga fazer sempre o melhor para si e para o aluno. Conforme Libâneo:

Toda a comunicação é educativa, porque ela é o processo de compartilhamento da experiência comum, e com isso proporciona aos indivíduos não só disposições emocionais e intelectuais como prevê experiências mais amplas e variadas (LIBÂNEO, 1998, p. 54).

Verifica-se com a citação do referido autor que para realmente ser um bom educador, é necessário ouvir o que o aluno tem a dizer e não tratá-lo com indiferença e superioridade, como se fosse “mais um” que passa pela sua vida profissional. A troca de experiências, emoções, a valorização da realidade sociocultural dos alunos são fundamentais para que as mudanças dentro do estudo da língua materna ocorram, de fato.

No entanto, se o estudante apresenta uma leitura lenta, soletrando cada sílaba, ou seja, a fase da sílaba não foi ultrapassada, é necessário que o professor proponha mais atividades de texto, de preferência curtos, mas que sejam variados quanto a sua funcionalidade, envolvendo situações da rotina do estudante.

Quando a dificuldade persiste, o professor orienta uma reprodução de história a partir da leitura de um texto em voz alta pelo professor, deve-se deixar o texto e gravuras relacionadas ao alcance do estudante para que haja a consulta. Podem ser utilizadas atividades de montagem de quebra cabeça a partir de gravuras relacionadas à história. Um filme também poderá ser uma boa opção para se trabalhar as diversas formas de expressão, como o código não verbal e os elementos extralinguísticos.

Dessa forma, questiona-se a postura do professor em sala de aula, juntamente com a sua atuação no desenvolvimento da fala, língua e escrita de seus alunos para produção de leitores eficazes na crítica do que lê e no jogo da vida.

3.2.1 Atividades em Serviço

Propor situações nas quais haja a leitura de textos de tipologias diversas, como panfletos, receitas, rótulos de produtos, bilhetes, textos informativos curtos veiculados em murais. Explicar que a leitura do texto tem um modo próprio, de acordo com a especificidade e funcionalidade de cada um. Solicitar a produção de textos similares aos lidos, quanto a estrutura, para que sejam, de fato, utilizados na prática.

O professor deve demonstrar segurança dentro da disciplina que trabalha. O estímulo para a fala, leitura e escrita devem partir do docente que ama e valoriza sua profissão. Um paralelo entre a importância da gramática, como as leis que regem o bom funcionamento da língua, seria um bom começo para desmistificar que o Português é difícil e maçante.

É importante que o professor estimule sua turma e mostre-a que a leitura é uma prática

social, fazendo com que os leitores percebam que precisam ler não somente para compreender, mas também para se comunicarem, adquirir conhecimentos e ampliar horizontes em relação ao mundo, e que, quanto mais praticar mais qualidade vai ter a sua leitura.

É na sala de aula que professores e alunos têm a oportunidade de trocar conhecimentos, de construir uma aprendizagem sólida e coletiva. Mas para isso o professor deve ter consciência de sua missão de educador e de profissional responsável pelo sucesso de seus alunos fora do ambiente escolar. É claro que o professor, precisa também, do auxílio dos pais, estes mesmo não sendo leitores precisam estar presentes na vida escolar de seus filhos. Dessa forma, se pais e professores trabalharem juntos haverá educação de qualidade, pois ambos podem estimular o aluno ao prazer de ser leitor. Assim, aquele educando que aperfeiçoa-se a leitura se tornará melhor a cada texto lido e terá um potencial crítico ao argumentar, diante de uma postura ativa, de análise e de resposta ao texto.

3.3 Será que o educador é, de fato, produtor de textos?

O educador tem um papel muito importante na ampliação da compreensão do ato de ler, visto que é responsável por apresentar ao aluno as inúmeras formas de estabelecer significados com relação ao texto. Por isso, as atuais políticas educacionais têm focado e discutido de forma bastante pertinente o papel dos educadores no processo de ensino aprendizagem.

A Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) descreve e compreende o educador como docente que tem a capacidade de intervir na prática educativa, uma vez que a sua responsabilidade e compromisso no que diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem se dá desde o planejamento do conteúdo das aulas à avaliação.

O professor deve ser um agente de transformação que favorece e estimula o desenvolvimento da capacidade de compreensão e interpretação do aluno, para que este, consiga ler e compreender as realidades e o mundo e se posicionar de tal forma que seja capaz de criar e recriar as situações diversas. Acerca do papel do professor, Vasconcellos salienta:

É enorme a responsabilidade e o poder do professor, por favorecer o acesso a ideias, imagens, representações, conceitos, valores, bem como a fazer a crítica (desmonte, deslegitimação) de ideias dadas e, sobretudo, favorecer o desenvolvimento da capacidade de criar outras ideias e planos de ação que sejam mais libertadores (VASCONCELLOS, 2003, p.102)

O processo de letramento não acontece de forma simplificada. Para dar suporte ao estudante, ajudando-o a vencer as dificuldades apresentadas, é necessário que o educador esteja em constante aperfeiçoamento. Para que os estudantes tenham interesse em desenvolver atividades de leitura e de escrita, os educadores precisam realizar um diagnóstico, a fim de que haja uma compreensão do que os alunos esperam na realização dessas atividades, ou seja, qual será sua utilidade na vida prática.

O primeiro contato da criança com a leitura e a escrita não acontece na escola, pois nas ruas existem diversos meios, como cartazes, placas, rótulos de produtos, lojas, bares, dentre outros. Mesmo assim, o contato com o ato de escrever não acontece para a grande maioria, devendo o professor explorar a leitura ou contação de histórias, levando o aluno a observar a relação entre a oralidade e a escrita, através da comparação entre o que foi verbalizado pelo aluno e escrito pelo professor, percebendo-se as diferenças significativas existentes entre a escrita e a fala. Ao transcrever as histórias o professor deve ser fiel ao que foi dito pelo aluno, ou seja, não deve usar as correções exigidas na linguagem padrão.

Dando sequência, a história deverá ser lida pelo professor, que poderá propor aprimoramentos, mas que não interfiram muito no texto, pois a percepção da necessidade de mudanças deve partir do estudante. Para a atividade de avaliação do texto escrito, o professor deve realizar a leitura, em voz alta, observando a devida entonação, o ritmo e a pronúncia correta das palavras. Na maioria das vezes o professor se surpreende, descobrindo que o texto é melhor do que havia percebido na primeira leitura.

Para que a aprendizagem por parte dos alunos tenha um aproveitamento mais intenso e construtivo, é preciso que o professor e o sistema educacional entendam a sala de aula como um lugar interativo, onde aluno e professor atuem como sujeitos participantes e ativos no processo contínuo de construção de saberes. É importante que a educação se comprometa com a realidade, com a história de vida de cada aluno independente de sua origem ou situação econômica.

Tudo isso demonstra quanta responsabilidade e compromisso o professor precisa ter, tornando-se antes de tudo, o leitor e produtor de textos, para que possa levar o estudante a vencer as dificuldades.

3.3.1 Sugestões para solução de alguns problemas

Muitos são os desafios que o professor enfrenta em relação à produção de texto, pois mesmo no 9º ano, último do Ensino Fundamental, muitos estudantes apresentam uma séria

defasagem com relação à leitura, compreensão e produção de textos. Apesar de não haver receitas prontas, podem-se sugerir propostas para os problemas mais recorrentes. Antes, porém, é necessário levar-se em conta que, na prática, é quase impossível uma separação entre atividades de leitura e de produção textual, já que esta separação é apenas didática. Deve-se perceber também que os alunos escrevem em dialetos próprios. Assim, é necessário que se proponha atividades nas quais os textos possam ser reescritos em outros dialetos, sem esquecer a contextualização de tais textos, mostrando-se a necessidade de adequação dos mesmos.

Quando a escrita dos alunos é semelhante a uma transcrição fonética, os textos devem ser vertidos para a escrita ortográfica, mostrando aos alunos as diferenças entre a fala e a escrita, enfatizando apenas alguns aspectos, mas realizando a correção do texto como um todo.

Às vezes a escrita apresenta "erros" morfossintáticos, como separação ou junção vocabular e uso indevido de concordância, nominal ou verbal, ou o aluno apresenta dificuldades em escrever as histórias contadas pelo professor. Neste caso, sugere-se que coloque o texto lido pelo professor ao alcance do estudante, para que ele possa consultar sempre que necessário. A reescrita do texto, com algumas modificações, como, mudança de contexto e nível de linguagem, é uma atividade que pode ser solicitada do aluno.

A escrita de textos espontâneos, sem considerar, inicialmente, erros ortográficos, para que se proponha um diálogo individual ou coletivo, é uma atividade que pode ser proposta para que se observe a competência comunicativa do aluno quanto à organização textual.

O papel do professor comprometido com um projeto pedagógico eficiente é muito importante para a construção de um futuro melhor para a educação brasileira. De acordo com Gadotti (1998, p. 90):

Ao novo educador compete refazer a educação, reinventá-la, criar as condições objetivas para que uma educação realmente democrática seja possível, criar uma alternativa pedagógica que favoreça o aparecimento de um novo tipo de pessoas solidárias, preocupadas em superar o individualismo criado pela exploração do trabalho. Esse novo projeto, essa nova alternativa, não poderá ser elaborado nos gabinetes dos tecnoburocratas da educação. Não virá em forma de lei nem reforma. Se ela for possível amanhã é somente porque, hoje, ela está sendo pensados pelos educadores que se reeducam juntos. (GADOTTI, 1998, p. 90)

O professor tem, portanto, a função de possibilitar ao aluno as mais variadas formas de aprendizagem, aplicando métodos que se adequem à sua realidade, atentando-se, ainda, a um projeto pedagógico que instigue as práticas de ensino e o amor pela leitura.

A hipótese que fundamenta muitos pensadores é que a falta de interesse de leitura na escola é uma realidade constante, mas é possível mudar essa realidade, partindo, assim, do docente e da escola, atitudes que possam desenvolver no aluno um potencial crítico para ler. Pois a escola é uma instituição a serviço da sociedade e acaba por se tornar principal agente na formação de leitores.

Sugere-se nessa pesquisa, como trabalho futuro, a elaboração de projetos que incentivam a leitura e contribuam conseqüentemente, para a formação de leitores. E que a escola facilite a aproximação dos alunos com os livros através da organização das bibliotecas escolares. E ainda, outra sugestão é o desenvolvimento de práticas pedagógicas transformadoras entre os professores de forma a torná-los cúmplices na tarefa de conquistar e formar o aluno leitor.

3.4 O que Podemos Aprender com as Pesquisas sobre Concepção de Leitura Relacionada com o Ensino

A divulgação de pesquisas relacionadas à formação de professores na área de leitura tem sido de vital importância, uma vez que conhecer modelos teóricos leva ao aperfeiçoamento profissional, norteando os educadores para fazer escolhas didáticas mais adequadas, aplicando e/ou adaptando à sua realidade.

Tamãha é a importância do ato de ler, que vem sendo estudado em diversas áreas do conhecimento, como a linguística, a psicologia, a psicolinguística, a sociolinguística, a inteligência artificial e a pedagogia, dentre outras, produzindo uma variedade de trabalhos que interferem de forma positiva, nos diversos aspectos desse processo. Estamos em um mundo em constantes transformações e com a leitura isso não é diferente, pois o seu conceito vem mudando no decorrer do tempo e de acordo com o ponto de vista dos vários pesquisadores. Ao mesmo tempo, o ato de ler vem sendo ampliado, modificando antigos conceitos. O professor que atua no Ensino Fundamental, público alvo dessa pesquisa, deve levar em conta os aspectos cognitivos e sociointeracional, como também a diversidade textual como objetivo de leitura na escola, para aperfeiçoar sua formação e, conseqüentemente, sua prática.

A pesquisa irá permitir ao professor uma preparação mais eficiente dos Planos de Aula identificando com olhar mais experiente, os alunos que apresentam sinais sugestivos de dificuldades e transtornos específicos de aprendizagem, além de trabalhar com estratégias mais dirigidas às necessidades destes alunos. A pesquisa ainda pode contribuir para introdução do professor ao universo da leitura, fazendo uma relação entre a importância de

entendermos como o aluno aprende, entende ou não o que lê, por que ele não aprende e o que pode ser feito para identificar as dificuldades e auxilia-lo na melhoria do seu aprendizado.

Deve-se considerar que os desafios são muitos, mas os resultados obtidos com o esforço garantem a todos os envolvidos a sensação de um trabalho demorado, mas eficaz.

3.5 Atividade de reescrita

O ato de reescrever consiste na aplicação de atividades que façam o aluno voltar ao texto para alterar os aspectos incoerentes, completar as informações, substituir as formas lingüísticas, por outras mais adequada ao contexto, reordenar a apresentação das sequências narrativas, dentre outras. De forma individual ou coletiva o aluno é convidado a rever questões sobre o texto, de forma que as respostas mostrem a necessidade de rever as informações, podendo completá-las, reordená-las ou alterá-las. A proposição de atividades coletivas pode utilizar um texto elaborado pelos alunos, que tenham apresentado dificuldades em elaborá-lo para que nas atividades de reescrita os desafios possam ser superados, intercalando com a reescrita individual. Quando trabalhar o coletivo, o professor pode sistematizar alguns aspectos desconhecidos pela maioria dos alunos.

Ao propor atividades de reescrita o professor deve compreender que não existem receitas para serem seguidas, mas que os princípios norteadores podem facilitar a adesão dos alunos à realização das mesmas.

Em primeiro lugar deve-se eleger um único problema não misturando, por exemplo, questões de ortografia com sintaxe ou encadeamento textual. Após definir o problema, o texto ser normatizado, detendo-se apenas ao objeto da reflexão. Como o texto é do aluno, o professor deverá levar em consideração a realidade que o rodeia, respeitando as peculiaridades de cada um. Não se pode aplicar sempre o mesmo tipo de atividade, já que geralmente elas variam ao infinitivo e podem saturar o aluno, fazendo com que os mesmos percam o interesse. Portanto as atividades precisam ser dinâmicas, desafiadoras, significativas, individuais e/ou grupais. Para tanto, a professora pode tomar por base os seguintes critérios:

Macroestrutura – como o sentido prevalece sobre a forma, devem-se destacar atividades que permitam questionamentos com relação a macroestrutura do texto, como a progressão das idéias, a sequência, a adequação e o arcabouço geral do texto, como também as formas linguísticas utilizadas.

Microestrutura - Problemas ortográficos e de concordância verbo-nominal devem ser

focalizados, pois é necessário que o aluno domine a ortografia para que, em nossa cultura, tenha um atestado de competência, já que ele permanece em níveis anteriores ao alfabético e sua passagem pela escola não terá um mínimo de significado. Apesar de que muitas regras são aprendidas de forma inconscientes, a interação do aluno com textos escritos, oportuniza a produção e a reescritura de seus próprios textos, sistematizando o conhecimento.

A formatação textual – Mesmo aprendendo de forma inconsciente questões de formatação como esquerda/direita, de cima para baixo, organização das margens, separação de palavras e parágrafos, distribuição de títulos e cabeçalhos, uso de maiúsculas, dentre outras, é necessário que o aprendizado seja sistematizado, principalmente com alunos que convivem com pais analfabetos ou com pouca escolarização, que quase não utilizam a leitura nem em casa nem no trabalho.

3.6 Repensando o Ensino da Língua Portuguesa

O planejamento é uma ferramenta essencial e bastante relevante no processo de ensino-aprendizagem e construção de conhecimentos. O mesmo deve estar focado em uma ação integradora entre a escola e o contexto social, envolvendo a integração do professor e aluno com o meio social, econômico, político, cultural e também elementos escolares, tais como: objetivos, conteúdos, métodos, para que assim o aluno desempenhe melhor, atinja os objetivos propostos e, sobretudo, tenha um ensino de qualidade.

O planejamento deve ser uma ferramenta atuante no cotidiano escolar do professor e do aluno e ter dentre um dos seus objetivos o de orientar uma ação integradora entre a escola e o contexto social, verificando a possibilidade de modificar a realidade e seus distintos contextos, abordando uma prática paciente utilizando de estratégias eficientes para o sucesso do aprendizado.

A prática pedagógica dos professores lotados em Língua Portuguesa no 9º ano levamos a agir de forma menos técnica e mais reflexiva, a fim de propor estratégias e alternativas que visem dinamizar o processo ensino-aprendizagem em sala de aula. Formar para a cidadania considerando o contexto sociocultural do aluno é uma das atribuições do professor de Língua Portuguesa, que merece sérias reflexões.

Para atuar no mundo moderno o professor deve ter uma postura diferenciada, adaptando-se as mudanças, observando a reforma curricular nacional e seguindo as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais, para que sua ação resulte na oferta de uma educação verdadeiramente comprometida, não só com o ensino e a aprendizagem de

conteúdos, como também com o exercício da cidadania, criando condições para que o aluno possa desenvolver a capacidade de usar a linguagem de forma eficaz, satisfazendo, não só as necessidades pessoais, relativas as ações efetivas do cotidiano, à transmissão e busca de informações e ao exercício da reflexão, como também a aprendendo a conviver de forma harmônica com as pessoas que o cercam.

Assim, o universo dos textos que circulam socialmente, deve ser incorporado a rotina escolar, para que os alunos possam realizar atividades de reprodução e interpretação dos mesmos, aliando teoria e prática. As escolas devem compreender e tratar o ensino da língua como um meio e melhorar a qualidade da produção linguística e não como se fosse um conteúdo em si. O professor precisa inovar sua prática pedagógica para trabalhar as diferentes modalidades da gramática, como também reconhecer a variante linguística e a diversidade sociocultural do educando, permitindo uma interação satisfatória em situações diversas de comunicação e do uso da língua.

3.7 A situação atual no Brasil

O Brasil já esteve entre os países com os piores índices de analfabetismo, tendo milhões de analfabetos acima dos 15 anos de idade. No processo de alfabetização, o analfabeto é visto com uma visão preconceituosa, sendo marginalizado e considerado menos capaz que um indivíduo alfabetizado.

Segundo pesquisas do Ministério da Educação, atualmente, são 16 milhões de analfabetos no Brasil, pessoas que não conseguem sequer escrever um bilhete. Já os que não chegaram a concluir a 4ª série do ensino fundamental I, somam 33 milhões, concentrados em 50% no norte e nordeste do país. Dessa forma, pode-se questionar: Como acontecerá o crescimento social e econômico do país se não há uma política educacional eficiente?

Segundo estudo de 2013 realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), 73% dos brasileiros quer uma educação de qualidade, evidenciando assim a importância da educação na contemporaneidade. O que antes não era visto como prioridade pela população e governo hoje é de suma importância para a sociedade.

Ainda em pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período de 2007 a 2013 foi mantida a tendência de declínio das taxas de analfabetismo e de crescimento da taxa de escolarização do grupo etário de 6 a 14 anos e do nível de educação da população. O diferencial por sexo persistiu em favor da população feminina. O nível de instrução cresceu de 2007 para 2013, sendo que o grupo de pessoas com pelo menos 11 anos

de estudo, na população de 25 anos ou mais de idade, passou de 33,6% para 41,8%. O nível de instrução feminino manteve-se mais elevado que o masculino.

Em 2013, no contingente de 25 anos ou mais de idade, a parcela com pelo menos 11 anos de estudo representava 39,6%, para os homens e 43,7%, para as mulheres.

Apesar da melhora dos índices de analfabetismo no país, não se pode negar que há milhares de indivíduos considerados “alfabetizados”, mas que não conseguem interpretar sequer uma mensagem, o que evidencia o fato de que saber decodificar signos linguísticos não implica, necessariamente, em saber ler e escrever. Essa dificuldade de interpretação e de produção de textos é um dos fatores que mais promovem desmotivação nos alunos, que se sentem incapazes, muitas vezes, desistem de continuar na jornada escolar, afastando-se da instituição de ensino por pura falta de motivação decorrente de métodos de ensino inadequados.

O processo de aprender, de interrogar, de se sentir capaz motiva o aluno; em contrapartida, a realidade das repetências, exposição diante dos colegas e o sentimento de incapacidade coíbem o processo de aprendizagem e reforçam a prática da exclusão.

Um problema constante e bastante pertinente no processo de ensino- aprendizagem é a dificuldade que o educando apresenta de ler e realizar uma interpretação concebida nas entrelinhas, e compreender de forma crítica os implícitos, as intertextualidades e ambiguidades das ideias presentes nos textos.

O aluno lê e pouco compreende porque não está sendo preparado e tão pouco estimulado a desenvolver uma prática de leitura e como consequência não consegue interpretar gêneros textuais diversos. O sistema educacional na maioria das vezes não desenvolve uma prática de leitura que desperte e cultive o desejo de ler.

A formação de leitores eficientes é uma problemática da escola brasileira, trazendo consigo uma grande preocupação para a educação de um modo geral, uma vez que ser leitor é compreender situações para a formação cultural do indivíduo, ou seja, “[...] é condição para a verdadeira ação cultural que deve ser implementada nas escolas” (SILVA, 1991, p.79-80).

Mesmo após ter passado 11 anos na escola, oito no ensino fundamental e três no ensino médio, e alguns até chegarem a ingressar no ensino superior, a grande maioria dos estudantes não sabem Português: não sabem ler, escrever, reescrever nem interpretar. Há muito tempo entendemos que a educação está em crise. Não devemos apontar e punir culpados. O professor também é vítima. É preciso que se descubram as causas, que podem ser descritas no campo da Antropologia, na situação socioeconômica e/ou restrita ao ambiente escolar para tentar removê-las.

Atualmente se repudia o exagero do formalismo, próprio da época anterior. O que poderia ser uma atitude sadia, assume aspectos intoleráveis e envolve educadores, que como seres humanos mergulham nesta mesma cultura, sendo arrastados pela “onda”, pela “moda”. Porém o professor, na função de educador, deveria estar consciente do seu papel de formar gerações e agir para a construção de um mundo melhor.

Sabemos que a língua se comporta como instrumento para proporcionar uma verdadeira democracia, que ela continua em constante evolução, que há uma grande variedade de séries linguísticas e que cada uma delas é válida em seu lugar, em sua época e em seu nível social. Como consequência, podemos destacar o fato dos professores ficarem desorientados, sem saber o que deve ser ensinado, tolerado, condenado ou elogiado. Quando se trata de linguística ou comunicação, esta situação se agrava ainda mais, num cenário, onde muitos desconhecem inclusive o conceito de comunicação. Diante de tudo isso ainda vale destacar o fato de que vivemos em uma época na qual o sucesso material, a qualquer preço, é o que importa. Num mundo capitalista, o ter torna-se cada vez mais valorizado. Ter dinheiro e bens materiais é uma necessidade urgente das pessoas.

Neste contexto os alunos resistem ao ensino de disciplinas que não os conduzam a um prazer imediato, descartando o que consideram abstratos, que desenvolvem o raciocínio e a preparação para vencer as dificuldades da vida. Inclusive para muitos, todos os meios são justificáveis para que se alcancem os fins. O interesse é maior pela obtenção do diploma do que pelo desenvolvimento do saber e da capacidade. Diante desta realidade o professor deve educar as novas gerações para que se tornem pessoas mais sadias, que consigam conviver bem consigo mesmo e com a comunidade.

Outro aspecto a ser considerado é o desejo de aparência. Muitas famílias querem formar os seus filhos “doutores”, para manter um status e desprezam as atividades técnicas. Se analisarmos a educação no Brasil, percebemos que muito se trabalha para compor dados estatísticos e que, aquele número dos dados representa a vida das pessoas, que teve seu direito de aprender e de ter uma educação de qualidade, negado. Essa realidade se reflete tanto na mente do aluno como na do professor, que continuam dando importância a nota de uma prova, muitas vezes obtida através do decorar regras e fórmulas, em detrimento da construção da aprendizagem e do desenvolvimento do pensamento crítico/reflexivo.

Após a democratização do ensino largas camadas da população, antes marginalizada, tiveram acesso, mudando a realidade, na qual os professores eram de elite cultural, enquanto os alunos de elite social. Atualmente, muitos alunos não conseguem estudar por motivos variados como: falta de saúde, de material didático, alimentação inadequada e muitos

precisam trabalhar para complementar a renda familiar.

Já os professores são sobrecarregados de trabalhos, pois são mal remunerados e precisam trabalhar em mais de um local para complementar a renda familiar. Geralmente lêem pouco por falta de tempo. Muitas turmas ainda são numerosas, dificultando o trabalho do professor. Poucos jovens querem seguir a profissão de professor, pois aqueles mais estudiosos acabam ingressando em profissões mais atrativas financeiramente. Professores formados em métodos tradicionais acabam reproduzindo o que aprenderam, pois desconhecem os objetivos do ensino e não conseguem atingir os objetivos e metas propostas.

Ainda percebemos uma grande distância entre teoria e prática, pois muitos professores ainda despejam sobre os alunos a teoria da comunicação e não educam para a capacidade comunicativa. Normalmente as aulas são ministradas pelo excesso de fala do professor e pouca utilização de recursos audiovisuais. Podemos destacar ainda a falta de entrosamento entre os professores das disciplinas do curso de letras, como também entre o curso de letras e o de educação. Os órgãos públicos também não orientam os educadores como deveriam. Os professores não compreendem a recuperação e acabam sentindo-se ludibriados em suas férias. A burocracia excessiva atrapalha a realização de um trabalho mais rápido e eficiente.

Diante do exposto, concluímos que muitos são os desafios apresentados para melhorar a qualidade da educação e garantir a igualdade de oportunidades. O pontapé inicial já foi dado, portanto devemos analisar os problemas apresentados para propor soluções que possam resolvê-los de forma prática e urgente,

Cabe à escola organizar, criar e adequar, em sua grade curricular, propostas e estratégias efetivas de leitura, favoráveis à formação de leitores competentes, estando atenta às questões sociais em que ela estiver ausente. Tal situação torna-se mais presente com o passar dos dias, confirmando-se como um dos motivos relacionado à exclusão social e cultural dos membros de uma sociedade detentora de inúmeros contrastes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A breve análise apresentada permite verificar a proposta dessa pesquisa com relação ao processo de letramento do professor, indispensável à sua formação para o ensino da leitura e da escrita no Ensino Fundamental. Assim, consideramos que o encaminhamento para a produção textual do professor e do aluno deve inserir-se em um processo de interlocução ativa, a fim de caracterizar a escrita como prática cidadã. Uma alternativa viável é que o docente torne-se um sujeito ativo, capaz de estabelecer o diálogo com os discursos sociais que produz e em que vive imerso, assumindo uma atitude compreensiva diante de seu papel de formador e da sua responsabilidade pelo desenvolvimento do domínio da leitura e da escrita, por parte de seus alunos. Para isso, a única solução é formar melhor o professor.

O processo de educação do Brasil aponta um altíssimo número em relação ao analfabetismo, dados demonstram que a leitura é um valioso instrumento para a formação de pessoas críticas e que sejam capazes de conviver e interagir com a atual sociedade globalizada, entretanto na conclusão da pesquisa fica claro que o hábito da leitura tem se perdido dentro das salas de aula brasileiras. No contexto das salas de aula percebemos, conforme autores estudados, a falência dos métodos para efetivação e evolução do estudante. O acesso ao aprendizado da leitura apresenta-se como um dos múltiplos desafios apresentados à comunidade escolar.

A leitura é pouco explorada na sala de aula, o que contribui para dificultar que o aluno seja capaz de ler e realizar uma interpretação concebida nas entrelinhas, compreender de forma crítica ideias implícitas, as intertextualidades e ambiguidades das ideias presentes nos textos e interagir nas diversas situações comunicativas. No entanto, é necessário que a escola, aliada ao professor, desenvolva um trabalho significativo e responsável, tendo como base um projeto educativo comprometido, eficiente, flexível e ao mesmo tempo preocupado com as necessidades e particularidades dos seus alunos.

Desta maneira, as práticas de leitura nas instituições escolares devem surgir por meio de um planejamento pedagógico envolvente, que incorpore, no seu percurso de execução, as necessidades, as inquietações e os desejos dos alunos-leitores. Simplesmente "mandar o aluno ler" é bem diferente de envolvê-lo significativamente e democraticamente nas situações de leitura, a partir de temas em destaque. (SILVA, 1991).

É imprescindível que haja mudanças no processo de aprendizagem da leitura, a partir da adoção de métodos, planejamento e projeto pedagógicos atuais que liguem a realidade do aluno ao trabalho pedagógico. É necessário capacitar o profissional da educação através da

formação continuada, mostrando-lhe sua responsabilidade e papel formador, para que perceba sua importância no ato de provocar o aluno e instigá-lo à curiosidade, promovendo uma visão de que o mundo da leitura extrapola o ambiente da escolarização, fazendo com que cada um se torne mestre do próprio olhar que tem sobre o mundo através do conhecimento.

Ler significa reler e compreender, interpretar. Cada um lê com os olhos que tem. E interpreta a partir do seu ponto de vista. Para entender como alguém lê, é necessário saber como são seus olhos e qual é sua visão de mundo. Isso faz da leitura sempre uma releitura. Para compreender é essencial conhecer o lugar social de quem olha. Vale dizer: como alguém vive, com quem convive, que experiência teme quais desejos alimenta, como assume os dramas da vida e que esperanças o animam. Isso faz da compreensão sempre uma interpretação. Sendo assim, fica evidente que cada leitor é como autor. Porque cada um lê e relê com os olhos que tem. Porque compreende e interpreta a partir do mundo onde está inserido.

O hábito da leitura é um dos mais importantes para o desenvolvimento do intelecto e também o caminho mais curto para adquirir conhecimento. A leitura traz consigo o individual de cada ser, a interpretação se apresenta de variados modos, sendo ela o norteio do entendimento.

Para que a aprendizagem por parte dos alunos tenha um aproveitamento intenso e construtivo, é necessário que o professor e o sistema educacional entendam a sala de aula como um lugar interativo, onde aluno e professor atuem como sujeitos participantes e ativos no processo contínuo de construção de saberes. É importante que a educação se comprometa com a realidade, com a história de vida desses alunos.

O educador tem o papel de mediador, tendo em vista que uma das suas funções é ensinar o educando a aprender a pensar de forma consciente e crítica, de maneira tal que o mesmo consiga compreender, construir sentido e conhecimentos a partir das leituras das realidades, contextos e “mundos”.

As problemáticas vivenciadas no âmbito escolar são motivos de discussão e preocupação da sociedade, surge, portanto, a necessidade de renovar as práticas pedagógicas das instituições escolares, transformando-as em um espaço coletivo, capaz de vencer os obstáculos, dificuldades e contribuir com o processo intenso de formação de homens capazes de ler e compreender o mundo em que vive, principalmente, exercer a cidadania de forma consciente e responsável.

A escola, muitas vezes, ainda entende o aluno como um sujeito que deve absorver e decorar conteúdos e acaba se esquecendo de desenvolver um trabalho focado na formação de

leitores críticos e conscientes, capazes de ler e interpretar a realidade, ou seja, cidadãos capazes de “ler o mundo”: a princípio, o seu mundo e posteriormente todos os mundos possíveis, como afirma Koch (1984), baseada nas ideias de Paulo Freire. Sobre o papel da escola na formação desse cidadão crítico, Libâneo afirma:

A escola precisa deixar de ser meramente uma agência transmissora de informação e transformar-se num lugar de análises críticas e produção da informação, onde o conhecimento possibilita a atribuição de significado à informação. Nessa escola, os alunos aprendem a buscar a informação (nas aulas, no livro didático, na TV, no rádio, no jornal, nos vídeos, no computador etc.), e os elementos cognitivos para analisá-la criticamente e darem a ela um significado pessoal. (LIBÂNEO, 2002, p.26-27.)

A escola tem de ser um ambiente onde se aprende com qualidade, havendo, portanto, necessidade cada vez maior de contar com profissionais comprometidos e competentes. O professor, como articulador da educação, deve estar atento e ter uma visão ampla da realidade do aluno e de todo o contexto escolar, principalmente no gerenciamento do seus alunos, numa visão democrática, inclusiva e analítica, de forma que o conhecimento e a convivência norteiem sua prática pedagógica. Acerca do papel da escola como incentivadora da prática de leitura, os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa afirmam:

[...] para tornar os alunos bons leitores, para desenvolver, muito mais do que a capacidade de ler, o gosto e o compromisso com a leitura, a escola terá de mobilizá-los internamente, pois aprender a ler e a ler para aprender, requer esforços. Precisarão fazê-los achar que a leitura é algo interessante e desafiador, algo que, conquistado plenamente, dará autonomia e independência. Precisarão torná-los confiantes, condição para poderem se desafiar a aprender fazendo. Uma prática de leitura que não desperte e cultive o desejo de ler não é uma prática pedagógica eficiente. (BRASIL, 1998, p. 17)

Cabe aos mediadores pensar a leitura, basicamente, em relação ao fato de que esta faculta, ao ser humano, seu sucesso, tomada de consciência e seu status, tornando-se essencial para o seu cotidiano. Dessa forma, a escola deverá propiciar condições adequadas para que tais convívios ocorram, com a finalidade de proporcionar ao aluno aprimorar-se na construção do conhecimento significativo.

É aconselhável que o professor detenha meios adequados e condizentes para o bom desempenho da mesma. Convém, no entanto, que ele ao designá-las, as pense como contribuição para o desempenho futuro de cidadãos conscientes para com um corpo social, no qual, comportamentos e valores desafiam o potencial educativo dos sujeitos.

Conceber a leitura, direcionando leitor e discernimento, a fim de promover a

construção de sentidos entre o elemento humano e a narrativa, requer olhar atento em relação aos estudos e discussões, realmente necessários para ensinar a assimilar o conteúdo ao verdadeiro significado do texto. O real significado de um texto escrito não se encontra nas palavras e no pensamento do escritor, mas na compreensão de seu leitor e na interação que surgirá entre este e o texto. Para o verdadeiro leitor, um texto não terá significado similar ao que apresenta pura e simplesmente. Para o leitor existe a dimensão que se concretiza na escrita, coexistindo em aprimoramento visual, de forma sutil e quase tátil, permitindo a ele descobrir os sentidos plantados nas entrelinhas.

O leitor deverá ser capaz de extrair da leitura diferentes acepções ao interpretar o universo escrito, incluindo-se em um contexto reflexivo em que vivências diferentes do autor e do leitor se contextualizarão em simbologias não necessariamente idênticas. Tão importante quanto formar bons leitores, será o desafio dos mediadores em sensibilizá-los para a grandeza da leitura.

Vale lembrar que a falta de leitura traz consequências sérias. Uma delas é a perda de visão do mundo. Quanto mais se limita a leitura, menor é a visão do mundo. A pessoa não consegue fazer a relação entre as coisas. É muito menor a possibilidade de pensar por si mesma.

Contudo, é preciso notar que o desempenho do professor, para com a atividade de ensinar, converteu-se com o passar dos anos, em finalidade para si mesmo. Nada se modificou para a escola, com o ler e escrever juntamente dispostos. Tendo em vista a relação pela qual o sujeito é estimulado e incentivado, diante de um texto escrito de qualquer natureza, tipo, linguagem utilizada, produção e destino, que não se dá de forma espontânea. Será preciso a experiência e a boa formação do professor, com seus atributos e percepção, para incorporar novos elementos e facilitar a passagem de um simples receptor de informação a um leitor apto, frente aos impactos elevados da sociedade.

É preciso compreender a leitura, como elemento fundamental para a aproximação do leitor com o mundo que o cerca e que a prática proporciona o alargamento de possibilidades para sua efetivação. Abordar a leitura como finalidade geradora de perspectivas, é capaz de proporcionar parcerias importantes que viabilizam o diálogo entre leitor e autor. Vejamos o que diz Segundo Pullin e Moreira:

Para que um texto tome vida, há que o leitor não só reconheça as informações pontuais nele presentes, mas que aprenda quais sentidos foram produzidos por quem as escreveu. Levantar hipóteses e produzir inferências, antecipe aos ditos no texto e relacione elementos diversos, presentes no mesmo ou que façam parte das suas vivências como leitor. Ao assim proceder, o leitor compreenderá as informações

ou inter-relações entre informações que não estejam explicitadas pelo autor do texto. Por isso, a leitura é uma produção: a construção de sentido se atrela à realização de pelo menos esses processos, por parte do leitor. A compreensão do texto lido é resultante dessas produções: prévias, por parte de quem as escreveu, e das que ocorrem ao ler, por parte do leitor (2008, p. 35).

Ao término desse trabalho, podemos dizer que a leitura e a escrita tem um papel muito importante na vida do aluno. Para formação de bons leitores, o professor precisa ter compromisso em desenvolver práticas que objetivam resultados positivos e contribuam para melhoria do processo ensino aprendizagem. Existem várias maneiras de incentivar a leitura, ato de grande relevância no contexto escolar, social, econômico dentre outros. Através da leitura abre-se um leque de resultados bons para todas as idades e, em todas séries, não somente para o Ensino Fundamental.

Fica claro que é perfeitamente possível que as estratégias convincentes para a mediação da leitura, são de total e irrevogável cumplicidade do professor, redefinir a caminhada e descoberta da comunicabilidade social, cultural e pessoal de seus alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Milton José. **Ensinar Português**. In: GERALDI, João Wanderley. O texto da sala de aula. São Paulo: Ática, 1997.

ANTUNES, Irandé Costa. **Língua, gêneros textuais e ensino: Considerações teóricas e implicações pedagógicas**. Perspectiva – Revista do Centro da Educação – UFSC, Florianópolis. V. 20, N. 01: junho (julho – 2003).

BACK, Eurico. **Fracasso do Ensino de Português: proposta de solução**. Rio de Janeiro; Vozes, 1987.

BASTOS, Marbênia Golçalves Almeida. **Formação de professores para o diagnóstico das dificuldades de leitura e de escrita**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

BECHARA, Evanildo. **Ensino de Gramática: Opressão? Liberdade?** São Paulo : Ática, 1985.

BORGES, Maria Célia. **Formação de professores: desafios históricos, políticos e práticos**. 1. ed. - São Paulo: Paullus, 2013.

BRASIL, **LEI Nº 13.005**, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais dos Temas Transversais. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: Ministério da Educação, 1997.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa/** secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional: nº 9394/96**. Brasília : 1996.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo; Scipione, 1989.ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

FEIL, Iselda Terezinha Sausen. **Alfabetização – um desafio novo para um novo tempo** Ijuí-Vozes, 1986.

FERREIRO, Emília. Alfabetização em processo. São Paulo: Cortez, 1986. formação de leitores. Revista Ciências & Cognição, 2008.

FOUCAMBERT, Jean. **A leitura em questão**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

FREIRE, Paulo **Pedagogia da indignação: cartas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. 23ª Ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1998..

GADOTTI, Moacir: **Pedagogia da práxis**. 2. ed., São Paulo, Cortez, 1998. <http://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8A8A83380B6422013814A0E3730D55>. Acesso em 20/01/2017

Indicadores da qualidade na educação: dimensão ensino e aprendizagem da leitura e da escrita/Ação Educação, SEB/MEC (coordenadores) – São Paulo: Ação Educativa, 2006. Disponível em: <http://www.google.com.br> Acesso em 20 de março de 2017.

JOLIBERT, Josette. **Formando crianças leitoras**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

KAUFMAN, A. M. & RODRIGUES, M. x'E. **Escola, Leitura e Produção de Textos**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.

KLEIMAN, A. **Oficina de Leitura: teoria & pratica**. 7. ed. Campinas, SP: Pontes, 2000.

KOCH, Igedore Villaça e Vanda Maria Elias. **Ler e escrever. Estratégias de produção textual**. 2ª Ed. 1ª reimpressão – São Paulo: contexto 2012

KOCH, I.G.V. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 1984.

LEVY, Pierre. **O que é o virtual**. São Paulo: Ed. 34, 1996;

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora**. 6.ed. São Paulo : Cortêz. 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora: Novas exigências educacionais e profissão docente**. - 6. Ed. - São Paulo: Cortez, 2002.

MORAIS, A.G. de **Ortografia: ensaiar e aprender**. São Paulo: África. 2000.

OLIVEIRA, Cláudio Henrique. QUEIROZ, Cristina Maria de. **Leitura em sala de aula: a formação de leitores proficientes**. RN, 2009. Disponível em: <http://www.webartigos.com>. Acesso em 10 de março de 2017.

PARO, Victor Henrique (2000) **Educação para a Democracia:o elemento que falta na discussão da qualidade do ensino** Revista Portuguesa.Paulo: Cortez, 1987.

PEREIRA, Regina Celi Mendes. **Práticas de leitura e escrita na escola: construindo textos e reconstruindo sentidos**. Editora UFPB, João Pessoa, 2011.

PULLIN, Elsa M. M.P.; MOREIRA, Lucinéia de S. G. Prescrição de leitura na escola e SAVIANNI, Dermeval. **A nova Lei da Educação – LDB: Trajetórias, Limites e Perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 1997.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **A produção da leitura na escola: Pesquisas x Propostas**. 2. SILVA, LÍlian. **O Ensino da Língua Portuguesa o 1º Grau**. São Paulo: Atual, 1996.

SOARES, Magda. **ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: CAMINHOS E DESCAMINHOS**. Revista Pátio, n. 29, fevereiro de 2004.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. São Paulo: Ática, 1995.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. 6ª edição. Porto Alegre: reimpressão 2012.

SOUZA, Renata Junqueira de. **Leitura do professor, leitura do aluno: processos de formação continuada**. UNESP – Presidente Prudente. Disponível em: www.unesp.br. Acesso em 07 de março de 2017.

TV na Escola e os Desafios de Hoje: Curso de extensão para professores do ensino fundamental e médio da rede pública. 3ªEd. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

VILLARDI, Raquel. **Ensinando a Gostar de Ler e Formando Leitores para Vida Inteira**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.